



Financiamento de uma PME europeia: Análise à distribuição dos fundos europeus

por

Luís António Fernandes Ramos

Up201001302@fep.up.pt

Relatório de Estágio

Mestrado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto

Orientado por:

Professor Mário Rui Sousa Moreira da Silva

Setembro, 2017

Nota biográfica

Luís António Fernandes Ramos nasceu a 7 de fevereiro de 1992 em Santo Ildefonso. Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto em junho de 2015, ingressou no programa Erasmus na Universidade de Tampere por um semestre em 2013. Em setembro de 2015 ingressou no Mestrado em Economia na Faculdade de Economia da Universidade do Porto de modo a aprofundar os seus estudos na área em que se formou.

Após a atividade laboral que iniciou em janeiro de 2015 em auditoria, ingressou em setembro de 2016 num estágio em Bruxelas na Comissão Europeia. A experiência e o conhecimento acumulados enquanto estagiário culminaram na realização deste relatório.

Agradecimentos

O presente relatório de estágio representa o culminar de uma experiência que talhou o início da minha carreira nas instituições europeias, sendo que a sua realização exige que agradecimento a quem o possibilitou.

Em primeiro lugar ao Professor Mário Rui Silva pelo apoio prestado durante todo o processo e pela partilha de conhecimento fulcral para a realização do estudo. Um agradecimento também ao Professor Álvaro Aguiar pelo acompanhamento desde a candidatura à Comissão Europeia até ao período de estágio. À minha família, pelo suporte que foram durante todo o decurso do meu Mestrado, em particular nos meses que passei em Bruxelas. Por fim, ao líder da equipa *Ex-post* Stamatios Anthis, pela confiança depositada em mim na escolha para integrar a sua equipa.

Resumo

A globalização e conseqüente aproximação dos mercados impõem às empresas uma necessidade de se manterem competitivas dentro dos seus processos e para com os seus clientes. Na economia da União Europeia, as pequenas e médias empresas assumem, neste período, uma nova liderança ao ter de focar as suas estratégias na linha do que praticam as empresas de maior dimensão. A internacionalização e o financiamento passaram a ser, portanto, um requerimento nos objetivos dos agentes que procuram manter o seu negócio dentro de elevados parâmetros operacionais. No seio destas necessidades encontramos a importância que o financiamento público tem para o sucesso de uma PME, ao colmatar financeiramente e logisticamente as falhas financeiras que o setor privado não é capaz de suprir.

O relatório apresentado resulta da experiência retirada de um estágio curricular realizado na Comissão Europeia na Agência Executiva para Pequenas e Médias empresas (EASME). Trata-se de uma de seis agências e está responsável pela gestão dos programas europeus (COSME, LIFE, Horizonte 2020 e EMFF) para financiamento de PMEs e projetos de inovação. O trabalho aqui realizado incide sobre os critérios de seletividade e as características dos beneficiários dos programas. A análise realizada neste relatório comporta um enquadramento conceptual sobre a competitividade, as PMEs e os fundos europeus, seguindo-se uma descrição do trabalho realizado na EASME e uma análise qualitativa do tema delineado sobre os programas *Eco-Innovation*, *LIFE* e *Intelligent Energy Europe*. A escolha destes programas recai sobre o fato do trabalho realizado enquanto estagiário ter incidido na sua maioria sobre estes três.

Os dados retirados dos relatórios da Comissão Europeia e fornecidos pelo departamento de Finanças da ESME, juntamente com o estudo efetuado, concluíram na identificação da experiência e da cooperação internacional alocados ao projeto como características que influenciam positivamente o sucesso da candidatura a um programa europeu de financiamento.

Códigos-JEL: H42, H54, O31, O38

Palavras-chave: Competitividade, Pequena e Média Empresa, Inovação, Fundos Europeus

Abstract

The globalization and the approximation of the markets impose on the companies a need to keep competitive amongst their processes and to their clients. In the European Union's economy, the small and medium enterprises assume nowadays a new role of leadership due to the need of focusing their strategies the same way bigger enterprises do. The internationalization and the funding are now a requirement on the objectives of the agents that aim to keep their business working on higher operational levels. In the midst of these necessities we find the importance that public financing has for the success of a SME, given that it closes the financial and logistic gaps that the private sector fails to help.

The presented report comes from the experience gained on the curricular internship that took place in the European Commission, more specifically in the Executive Agency for Small and Medium-sized Enterprises (EASME). It's one of six agencies and its responsible for the management of the European programs (COSME, LIFE, Horizon 2020 and EMFF) for SMEs and innovation projects financing. The work here performed falls within the selection criteria and the characteristics of the programs beneficiaries. The analysis done in this report has a conceptual framing about competitiveness, SMEs and the European funds, followed by a description of the job performed in EASME and a qualitative analysis on the announced theme about the European programs Eco-Innovation, LIFE and Intelligent Energy Europe. The choice on these programs relies on the fact that as an intern, my work was mostly on these three.

The data retrieved from the European Commission reports and handed to me by the Finance department of EASME, along with the executed study, concluded on the identification of the experience and international cooperation on the projects as the characteristics they have a positive influence on the application for funding from an European program.

JEL-codes: H42, H54, O31, O38

Key-words: Competitiveness, Small and Medium Enterprise, Innovation, European Funds

Índice

Nota biográfica	i
Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Índice de tabelas.....	vii
Índice de figuras.....	viii
Abreviaturas.....	ix
Introdução	1
1. Enquadramento conceptual.....	3
1.1 A competitividade das PME e a Política Industrial Europeia	3
1.1.1 Competitividade.....	3
1.1.2 Especificidades das PME	6
1.1.3 Política Industrial	8
1.1.4 Instrumentos no quadro das políticas europeias.....	9
1.1.5 Auditoria e controlo.....	14
2. A EASME e o conteúdo do Estágio Curricular	16
2.1 A Comissão Europeia e a criação da EASME.....	16
2.2 Ex-Post Control e Ex-post Audit Strategy	20
2.3 Objeto do estágio e funções desempenhadas	22
2.4 Programas europeus no estágio curricular	24
2.4.1 Intelligent Energy Europe	24
2.4.2 LIFE	25
2.4.3 Eco-Innovation.....	27
3. Metodologia	30
3.1 Investigação qualitativa e de caso de estudo	30
3.2 Tipos e fontes de informação.....	31
3.3 Etapas do estudo de caso.....	31
4. Seletividade dos fundos europeus.....	33
4.1 Análise geográfica-económica.....	34
4.1.1 A área dos projetos e a nacionalidade dos beneficiários	34
4.1.2 Nacionalidade dos coordenadores de projeto	38

4.2 Experiência dos candidatos no mercado e a sua relação com fundos públicos	40
4.2.1 Idade e dimensão dos candidatos	40
4.2.2 Reincidência dos candidatos	42
4.2.3 Experiência em candidaturas a programas de fundos públicos	44
4.3 O setor privado vs setor público e a cooperação	45
4.3.1 O setor privado e o setor público	46
4.3.2 Cooperação nas candidaturas e projetos	48
4.4 Benefícios e impactos dos programas europeus de financiamento.....	50
5. Conclusão e limitações do trabalho	54
Referências bibliográficas.....	56
Anexos	60

Índice de tabelas

Tabela 1 – Distribuição das subvenções concedidas dentro do programa LIFE	37
Tabela 2 – Distribuição da implementação dos planos de negocio do programa IEE por país.....	38
Tabela 3 – Distribuição dos beneficiários e coordenadores do programa Eco-Innovation por país	39
Tabela 4 – Participantes nos projetos financiados entre 2008 e 2011, tendo em conta o numero de participações e o papel desempenhado no projeto	43
Tabela 5 – Número de parceiros por projeto no programa LIFE nos anos de 2007 e 2008	49

Índice de figuras

Figura 1 – Número de empregados – totalidade das candidaturas vs candidaturas selecionadas	41
Figura 2 – Experiência em candidatura a fundos publicos por parte dos beneficiarios do programa Eco-Innovation.....	45
Figura 3 – Tipo de organização dos coordenadores de projeto beneficiários de fundos da União Europeia relativos ao programa IEE entre 2008 e 2011	47
Figura 4 – Tipo de consórcio por nacionalidade do coordenador do projeto (Programa Eco-Innovation).....	49

Abreviaturas

COSME - Competitiveness for enterprises and Small and Medium Enterprises

DG - Directorate General

EASME - Executive Agency for Small and Medium-Sized Enterprises

EEN - Enterprise Europe Network

EIF - European Investment Fund

EMAS - Eco-Management and Audit Scheme

EMFF - European Maritime and Fisheries Fund

EPI - Environmental Performance Index

FTI - Fast Track to Innovation

I&D - Investigação e Desenvolvimento

IEE - Intelligent Energy Europe

PIB - Produto Interno Bruto

PME - Pequena e Média Empresa

MAP - Multiannual Programme for Enterprise

OECD - Organization for Economic Co-operation and Development

FTE - Full-Time Equivalent

FTI - Fast Track to Innovation

tco2e - tonne of CO2 equivalent

toe - tonne of oil equivalent

Introdução

O projeto europeu enfrenta no presente período uma contestação que vem a ganhar voz e preponderância desde a crise de 2008 e das consequências que ainda agora se fazem sentir. São tempos desafiantes para a União Europeia e para todas as suas instituições que tentam encontrar nos seus objetivos as ferramentas para poder retribuir resultados positivos à população europeia. Os programas europeus, de financiamento e apoio às pequenas e médias empresas, às entidades públicas e aos centros académicos e de pesquisa apresentam-se neste panorama como uma oportunidade para demonstrar e alavancar os benefícios da Comissão Europeia. Deste modo, o acesso a fundos que potenciem não só as capacidades financeiras, mas também as capacidades técnicas dos participantes destes programas, trará consequências positivas uma vez que, na sua base, o financiamento pretende alcançar em primeira instância um retorno social positivo nas áreas em que atua.

O estágio a que este relatório se reporta decorreu entre setembro de 2016 e fevereiro de 2017 na *Executive Agency for Small and Medium Enterprises* (EASME), uma agência na Comissão Europeia que tem como objetivo a gestão de uma carteira de programas europeus. O estágio constituiu uma experiência de grande valor acrescentado que me permitiu iniciar uma carreira nas instituições europeias e catapultar-me novas oportunidades dentro do panorama europeu. Na sua zona de ação, a EASME trabalha no suporte e aconselhamento a PME's, no campo da Energia, do Ambiente e Marítimo. Tendo em conta o meu objeto de estágio, irei concentrar a minha análise nos programas com os quais trabalhei, LIFE, *Eco-Innovation* e IEE. De modo a fomentar a minha pesquisa e fornecer argumentos para as conclusões tiradas, irei apresentar dados de outros programas para as apoiar. As funções desempenhadas no departamento de controlo *ex-post*, onde é realizado o acompanhamento financeiro aos fundos e bolsas concedidas pelos diferentes programam europeus, irão servir de base para análise que será neste relatório efetuada.

O relatório incidirá sobre a distribuição dos fundos e programas europeus pelos beneficiários, PME's e outras entidades, avaliando os critérios de seletividade e a disparidade de subvenções concedidas aos diferentes países europeus. Será avaliado se essa disparidade advém de um conjunto de características e fatores que favorecem

projetos que as satisfazem, ou se será a candidatura que terá um maior impacto na seleção dos projetos que são incorporados no programa.

O relatório está organizado da seguinte forma. No capítulo 1 encontra-se o enquadramento conceptual para que seja possível compreender competitividade das PME's, será abordada a sua definição, passando depois para a necessidade das mesmas em serem financiadas e se esta prática se tem mostrado eficiente. Ter-se-á de seguida em consideração o posicionamento de política industrial no tema estudado assim como os instrumentos que compõem os quadros das políticas europeias. Terminaremos com uma análise à importância da auditoria e do controlo na concessão de subvenções. No capítulo 2 será descrita a instituição onde foi realizado o estágio curricular, as funções desempenhadas na mesma e a estratégia do departamento, finalizando com uma descrição detalhada de três programas europeus que compuseram a maioria do trabalho realizado no estágio curricular. O capítulo 3 descreve a metodologia usada neste relatório, como foi efetuada a recolha de informação e termina com um guia das fases da análise a ser feita no último capítulo. Por fim no capítulo 4 teremos uma análise ao número de empresas e entidades abrangidas pelos programas da EASME assim como as áreas em que estas se encontram. Seguidamente será analisada a distribuição dos fundos europeus tendo em conta a experiência dos candidatos e os consórcios internacionais formados para a execução da candidatura e do projeto.

A investigação que irei desenvolver poderá ter um impacto na forma como a distribuição das subvenções e financiamentos são feitas, uma vez que será criada uma rede de fatores que justifiquem a alocação dos fundos a áreas e projetos específicos. A transmissão deste estudo permitirá à EASME corrigir as suas políticas, assim como prestar apoio aos países que por razões alheias à agência estão neste momento a ser prejudicados. Servirá também para perceber os pontos a melhorar em Portugal neste tipo de candidaturas, o que poderá permitir que as PME's portuguesas se ajustem e consigam ter mais acesso a estes apoios.

1. Enquadramento conceptual

O enquadramento conceptual começará por explicar a importância da competitividade e a sua relação com as pequenas e médias empresas, nomeadamente o papel das mesmas na economia mundial e como a sua prosperidade se reflete no sucesso económico da economia europeia. Seguir-se-á uma definição da política industrial horizontal e vertical, e será feita a conexão com instrumentos existentes no quadro das políticas europeias. Por fim, teremos uma explicação da importância do trabalho de auditoria e controlo, nomeadamente focar-nos-emos na sua preponderância para com os fundos europeus.

1.1 A competitividade das PME's e a Política Industrial Europeia

Para uma melhor compreensão dos motivos que promovem a iniciativa por parte das Pequenas e Médias Empresas a se candidatarem aos programas de subvenções da Comissão Europeia, vamos ter em conta os conceitos que recolhem para si os interesses das PME's em se manterem competitivas no mercado internacional. A competitividade será um ponto de partida importante para o desenvolvimento do conceito para a valorização pública em assuntos de proteção ambiental e consciência social, e para as barreiras que impedem as empresas de competirem no mercado internacional.

1.1.1 Competitividade

A competitividade de uma PME é, tendo em conta o crescimento dos mercados e a globalização económica, uma característica que terá de ser primária na estratégia delineada pelos seus gestores e diretores. Segundo Salavou H., Baltas G., Lioukas S., (2003), a base tecnológica de uma empresa e a sua postura, interna e externa, para com a inovação está relacionada com a sua posição competitiva no mercado em que se insere. Os autores referem que dada as falhas de mercado que impedem uma empresa de atingir o seu potencial competitivo, as instituições europeias que gerem e criam as políticas de competitividade deverão ter em atenção aos padrões criados pelo mercado que têm como consequência a desigualdade de oportunidades. Porém, a competitividade de uma empresa tem de partir em primeiro lugar da sua proatividade e do seu interesse em se manter atualizada dentro da sua indústria e mercado. Deste modo, entendemos a

necessidade das PMEs em se manterem inovadoras, uma vez que o seu desempenho produtivo e conseqüentemente financeiro estará inerente à existência desse atributo nos objetivos das mesmas. Contudo, as inovações poderão acatar um outro significado que apesar de estar conectado com a possibilidade de crescimento das empresas, advém de um diferente propósito, mais concretamente falamos da retribuição social que uma consciencialização ambiental e social poderá impactar a competitividade de uma empresa, e conseqüentemente o seu resultado.

A valorização pública para com as empresas que apresentam níveis superiores de consciência ambiental e social tem um grande impacto na sua estrutura, mas o baixo retorno financeiro de projetos que apoiam esta premissa provoca com que haja um menor incentivo para o investimento. A procura de apoios para projetos com retorno social positivo tornou-se um desincentivo para as empresas, uma vez que a falta de fundos trava as mesmas de muitas vezes de prosseguir com os seus planos.

Em Della Croce et al (2011), vemos que as motivações para investimentos verdes se baseiam em: considerações éticas; retornos financeiros vantajosos; resposta a obrigações legais e regulatórias; e motivações sociais em termos de reputação. Estes investimentos são distinguidos neste relatório como sendo de “*Equity*”, descritos como stocks de empresas que atuam com boas práticas ambientais, ou “*Fixed Income*”, ou seja, de obrigações colocadas por organizações qualificadas para a solução de problemas ambientais. Por fim apresentam como alternativa investimentos imobiliários e fundos que apoiam a tecnologia ambiental e as suas infraestruturas.

Verifica-se em De Boer (2015) que o setor público não consegue cobrir os custos para o financiamento deste tipo de investimentos, uma vez que o mesmo já apresenta níveis elevados de dívida e défice nos orçamentos públicos. O autor depreende então a falta de financiamento e a necessidade de intervenção privada para a criação de condições de prosperidade de projetos com uma temática ambiental e social. Porém, reitera-se o papel do setor público como o motor de arranque que possibilita as empresas receberem investimento privado, entenda-se que o financiamento pelas entidades públicas concede aos investidores privados a confiança necessária para entrarem também eles com capital. É dado como exemplo no artigo os projetos de mitigação urbana em que se apontam dois grandes pontos que justificam o interesse privado: além de terem um retorno financeiro

estável, arrastam consigo um conjunto de benefícios sociais e ambientais tangíveis; estes investimentos atraem grandes instituições que procuram oportunidades a longo prazo como estas, e que permitem acima de tudo ter um efeito positivo na sociedade.

Vamos em último lugar aferir o contributo da internacionalização das PME's para a competitividade do mercado em que se inserem. A internacionalização dos agentes trata-se de um passo cada vez mais necessário para alcançar a harmonia europeia a nível económico e social. Num mercado cada vez mais aberto, torna-se imperativo que as empresas, sendo elas pequenas ou grandes, adotem uma identidade cada vez mais internacional, de modo a poder beneficiar das vantagens oferecidas por um comércio em que o objetivo passa por aproveitar as vantagens comparativas de cada um. Verificamos, porém, que o fenómeno de internacionalização ainda apresenta barreiras na sua execução, ou seja, existem medidas para potenciar a abertura das empresas, mas as mesmas não estão preparadas para assumirem o controlo internacional das suas operações, prejudicando em última instância a sua competitividade

No tabela da OECD (2009) presente no anexo 1 foram identificadas pelas PME's as principais barreiras que entendem não as permitir assumir uma postura internacional: a falta de capital para suportar a exportação; a dificuldade em identificar e entrar em contacto com possíveis oportunidades de negócio no estrangeiro; e a falta de informação para localizar e analisar os mercados em que estão inseridos.

O estudo também abordou as principais motivações para a internacionalização, sendo que as mesmas passam por um crescimento, que motivado pelo acesso a novos mercados, potenciam uma posição mais forte e conseqüentemente um aumento dos lucros. É também referenciado pelos autores o desejo por parte das PME's em conseguirem apropriar o conhecimento e tecnologia que deriva do contacto e relação com empresas de outros países. Esta missão terá conseqüentemente um efeito bastante positivo no seu I&D, que beneficiará sem esforço financeiro da entrada de know-how, ao mesmo tempo que potenciará uma rede laboral com laços internacionais

No relatório da Entrepreneurship Unit (2010) sobre a internacionalização das PME's europeias são expostos os modos de entrada de uma empresa no mercado internacional. É apontada uma linha crescimento do processo de internacionalização, como se pode verificar no anexo 2, que se inicia com a importação, usada para testar os mercados

internacionais e entender o seu funcionamento, o processo procede e vai evoluindo para a exportação, subcontratos internacionais, cooperação técnica e por fim investimento internacional. Tendo isto em conta, o relatório aponta um estudo que vem completar o que foi visto no artigo da OECD (2009), ao enunciar as barreiras internas e externas reconhecidas pelas PMEs. Das primeiras apontam-se os preços e a qualidade dos seus produtos em comparação com os praticados no mercado internacional, o custo alocado ao processo de internacionalização e a baixa qualificação dos recursos humanos. Das segundas apontam-se a falta de capital, de apoio público e de informação, o que se reflete em outras barreiras apontadas pelas empresas como a dificuldade burocrática no transporte dos produtos e as limitações reconhecidas no conhecimento e experiência das leis praticadas nos restantes países.

1.1.2 Especificidades das PMEs

O conceito de pequena e média empresa tem diferentes interpretações dependendo da realidade em que está inserida, por exemplo para empresas de 10.000 trabalhadores uma empresa de 2.000 pode ser vista como um PME. Segundo Lukacs E. (2005), a melhor definição de pequena empresa continua a ser a do Bolton Committee em 1971, um negócio independente gerido pelo seu dono ou donos com uma pequena quota de mercado. Também é referido que o tamanho de uma empresa está relacionado com o setor em que se encontra, uma vez que dependendo dos mesmos podemos observar maiores ou menores mercados. A Comissão Europeia adota, contudo, as variáveis apresentadas na tabela presente no anexo 3, em que é tido em conta o número de trabalhadores e o turnover (a empresa média europeia emprega 4 pessoas incluindo o dono).

Pissarides F. (1999) conclui que a falta de fundos é o que impede as empresas de crescerem, num artigo que apesar de antigo se mostra atual na forma como identifica a falha de mercado existente nas pequenas e médias empresas. A autora mostra que dadas as altas taxas de juro praticadas as PMEs não tinham condições para manter e pagar os empréstimos contraídos a não ser que tivessem lucros que lhes permitissem pagar as prestações devidas, o que raramente acontecia.

A procura por parte dos governos em estimular o crescimento das PMEs e a sua capacidade inovadora deve ser estudada de modo a ser possível a concentração nas

variáveis que têm influência nos esforços dedicados pelas empresas neste tema. No estudo conduzido por Keizer et al (2002) percebemos que existem de facto fatores que explicam o porquê de umas PMEs serem inovadoras e outras não, sendo apontados três características em comum nas mais inovadoras: têm ligações a centros de conhecimento, são subsidiadas por programas de inovação governamentais e têm já na sua estratégia um alto orçamento para I&D. Comprendemos, portanto, que há uma ligação entre a predisposição de uma empresa em ser inovadora e a ajuda governamental, isto é, o governo beneficia em conceder subsídios a PMEs que a título privado já têm uma forte componente de investimento em I&D, revelando-se para ambas as partes uma aposta que tem na sua base tudo para ser bem sucedida.

Tendo em conta a informação disponibilizada pela União Europeia, as instituições apoiam áreas como desenvolvimento regional e urbano, emprego e inclusão social, agricultura e desenvolvimento rural, políticas marítimas e de pescas, investigação e inovação e ajuda humanitária. Todos os projetos aprovados têm a vertente de se integrar num dos parâmetros designados nos programas apresentados, seja em melhorar as condições de vida em zonas rurais, seja pelo progresso na inovação que representam ou simplesmente pela relevância ambiental que o seu projeto representa. Este último ponto relaciona-se com a concessão de subvenções a PMEs por parte da Comissão Europeia, uma vez que além de uma componente de desenvolvimento, são esperados dos projetos uma responsabilidade em proporcionar um crescimento que beneficie e vá de encontro aos objetivos ambientais traçados pela instituição. Na análise de Pimenova e van der Vorst (2001) reparamos que a falta de aconselhamento e financiamento são os problemas principais para a falta de sensibilidade ambiental presente nas PMEs dos países em transição. É neste prisma que os fundos europeus da Comissão Europeia se integram nesta problemática, através dos programas de aconselhamento e financiamento a projetos que sejam ambientalmente responsáveis.

1.1.3 Política Industrial

No seguimento da mais recente crise económica, ergueu-se uma notória preocupação com os países em fomentar o seu crescimento de modo a colocá-lo nos níveis verificados antes da crise. Verificou-se, portanto, que uma das ferramentas usadas foram as políticas industriais, que restringidas pelo controlo orçamental, levaram a que os governos tivessem que priorizar setores para as aplicar.

Segundo Warwick (2014), o significado de política industrial é muitas vezes encarado como o de política de industrialização, mas a sua definição permite que as políticas se foquem em outros setores além das manufaturas. Em “Industrial Policy in an Enlarged Europe”, Comissão Europeia (2002, pp.3) política industrial é definida como sendo horizontal, justificando:

“Política Industrial horizontal na sua natureza e tem como objetivo assegurar uma estrutura com condições favoráveis para a competição industrial. Os seus instrumentos, aqueles que são de política empresarial, pretendem providenciar condições estruturais em que os empreendedores e os negócios possam tomar as iniciativas necessárias, explorar as suas ideias e desenvolver com base nas suas oportunidades. Porém, é necessário ter-se em conta as necessidades específicas e as características de cada setor. Precisa, portanto, de ser aplicada de maneira diferenciada, de acordo com o setor. Por exemplo, muitos produtos, como os farmacêuticos, químicos, automóveis são sujeitos a detalhadas e específicas regulações ao seu setor e dependentes das características e do uso que herda. Política Industrial junta, inevitavelmente aplicações de base horizontal e setoriais”

A questão da horizontalidade da teoria da Política Industrial é levantada por Monga, C., (2014), onde é afirmado que mesmo os economistas que se opõem às políticas industriais setoriais reconhecem a necessidade de uma política industrial horizontal. Acrescenta-se que qualquer política por parte do governo terá sempre resultados positivos para alguns setores e resultados negativos para outros, de maneira que a premissa assumida é a de que os governos devem aplicar políticas industriais horizontais, sendo que a questão não é se o devem fazer, mas sim como executá-las da melhor maneira.

1.1.4 Instrumentos no quadro das políticas europeias

A União Europeia, como organismo representativo dos interesses da Europa como um todo e dos países que a constituem, usufrui de um leque de instrumentos que lhe permite aplicar as suas políticas. Para melhor compreensão do presente estudo, pois é importante reiterar o papel destes instrumentos no quadro das políticas europeias, iremos fazer um enquadramento para com as políticas estruturais europeias, as subvenções alocadas à investigação e as subvenções destinadas à promoção do crescimento das PME's.

Puigcerver-Peñalver (2007) aponta que as políticas estruturais europeias se baseiam em três pontos: a existência de diferenças entre as regiões europeias; o facto das políticas serem capazes de diminuir essas diferenças; e que o crescimento regional e convergência promovem a coesão dos países. O orçamento alocado aos fundos europeus, assim como a sua importância, tem aumentado no decurso da evolução da União Europeia. Verificamos, portanto, esse aumento em vários campos estruturais tais como no desenvolvimento das PME's e nos incentivos à inovação. Os fundos têm o objetivo de fomentar a coesão económica e social europeia, por isso, é aplicada uma política de mérito na alocação dos fundos, uma vez que como são financiados projetos e não países, os fundos não são concedidos tendo em conta os países onde se encontram, mas sim aos projetos que mostrem potencial na sua candidatura.

Em termos de programas para apoio de pequenas e médias empresas a Comissão Europeia delega a sua gestão para a *Executive Agency for Small and Medium-Sized Enterprises*. A agência conta com os programas europeus: Horizonte 2020 para financiamento e apoio a PMES com candidaturas de projetos de inovação; COSME que tem como objetivo garantir a competitividade das PMES; *Your Europe Business*, um guia para fazer negócio na Europa; *Horizon 2020 SME Innovation Associate* que conecta as PME's com investigadores que suprimam as necessidades técnicas das empresas; *Enterprise Europe Network* que as auxilia nas oportunidades de negócio existentes na Europa; *Fast Track to Innovation (FTI) Pilot* que apoia atividades de inovação *close-to-the-market*; *Horizon 2020 INNOSUP* que tem como objetivo aumentar a capacidade de inovação das PME's com um apoio mais personalizado; e, por fim, *Intellectual Property* que lida com um número de iniciativas de propriedade intelectual.

Vamos, agora, focar-nos em maior detalhe no programa Horizonte 2020, em que a Comissão Europeia disponibiliza até 2.5 milhões de euros por projeto e junta a esse montante um acompanhamento e *mentoring* por parte das equipas da EASME. Dependendo da fase de desenvolvimento do seu projeto, as PME's são recomendadas a fazer a sua candidatura numa de 3 fases: a primeira trata da conceptualização da ideia a implementar e estudar a sua viabilidade com fundos até 50.000 euros; a segunda prepara, com a assistência da União Europeia, o desenvolvimento da ideia e a sua execução no mercado, com demonstrações, testes, escalonamento e construção de um sólido plano de negócio, neste caso os fundos podem ir de 0.5 milhões a 2.5 milhões de euros; por fim, na terceira fase não é disponibilizado qualquer tipo de financiamento, apenas um apoio em parceria com o *Enterprise Europe Network (EEN)* no lançamento do projeto no mercado, através de treino e *mentoring* de modo a finalizar o produto e inseri-lo no mercado.

No que toca à investigação, notamos uma crescente preocupação da União Europeia neste ramo, tomemos o exemplo do Reino Unido. Em Frenk et al. (2015) distinguem-se duas formas de a investigação ser financiada por fundos europeus no Reino Unido, programas de subvenções e fundos estruturais, contudo, devido à natureza do relatório e à pequena relevância que os fundos estruturais têm neste país, vamos-nos só concentrar no primeiro. Estas subvenções permitem que as universidades britânicas tenham maiores fundos para as suas investigações (entre 2009/2010 e 2013/2014 o orçamento para investigação aumentou 2.7%), ao mesmo tempo que são financiados centros de investigação pan-europeus alojados no Reino Unido que permitem a participação dos países que estão ligados ao financiamento dos mesmos. A União Europeia tem um orçamento estimado de 120 biliões de euros designados para apoiar pesquisa e inovação, repartem-se pelo Horizonte 2020 (€74.8bn), Fundos Estruturais e atividade de I&D (€40.2bn) e Programas Setoriais de I&D (€5bn). Além disso situam-se também neste paradigma os programas *Competitiveness for Enterprises and Small and Medium Size Enterprises (COSME)*, Erasmus+. *The Health programme, The Life programme, The Connecting Europe Facility* e o *European Fund for Strategic Investment*.

As pequenas e médias empresas assumem a base económica da União Europeia, mas apesar da sua importância notamos a existência de uma barreira para o financiamento dos seus projetos. Para o resolver, mecanismos de garantia de crédito são usados para permitir

às PME's ter acesso a esse financiamento, em "*SME credit guarantees issued by the European Investment Fund (EIF)*" Kraemer-Eis H., Van Steensel V., (2016, p.291) os autores esclarecem,

"são uma resposta comum a este tipo de falhas de mercado, as garantias reduzem o risco dos credores e favorece o provisionamento de capital a negócios viáveis que estão constrangidos pelo acesso a financiamento."

Os autores acrescentam que os dados apontam que estes empréstimos com garantias MAP (*Multiannual Programme for Enterprise*) têm um efeito positivo nas pequenas e médias empresas quando comparados com a situação verificada 5 anos antes da data da assinatura do contrato, seja no aumento do número de trabalhadores (17.3%), seja no volume de vendas (19.6%).

Como indicado por Aerts e Schmidt (2008), um dos problemas do financiamento privado em I&D é a apropriação dos resultados por parte de umas empresas dos investimentos feitas por outras (*Free Ride*), ou seja, não usufruem na sua totalidade de todos os benefícios do seu investimento. Depreende-se daqui a necessidade da intervenção pública no financiamento de I&D, uma vez que os projetos apresentados pelas PME's, apesar do seu potencial, não são financiados pelas próprias empresas, não só pela dificuldade de acesso ao crédito, mas também por não poderem rever o capital investido devido ao *free ride* de outras empresas. Porém, como os autores apontam, nem sempre o financiamento público tem esse efeito, podendo apenas substituir (efeito *crowding out*) o capital privado e não ter repercussões no aumento de I&D. Além disso, é assumido que as empresas que são subsidiadas já são bastante ativas em I&D uma vez que o estado pretende maximizar a sua probabilidade de ter sucesso.

Alonso-Borrego et al (2012) explica que o argumento dos economistas é que as falhas de mercado não iriam permitir que se chegasse ao estado ótimo de inovação unicamente através de fundos privados, sendo portanto os fundos públicos essenciais para esse efeito. Tenta-se perceber se o investimento público em I&D é complementar (adicional) para uma empresa financiada em I&D ou se é apenas um substituto, e então um *crowd out* para o I&D privado. Foi então analisada a relação entre os subsídios públicos e as empresas privadas, o estudo apresentado mostrou-se constrangido pela recolha de dados em

diferentes tempos, países e setores, assim como a falta de uma metodologia correta visto faltar um método de avaliação válido.

Cressy e Olofsson (1997) na sua visão geral da conferência em Bruxelas sobre financiamento de PMEs escrevem sobre alguns temas que a marcaram, assim como os artigos que foram nela discutidos. Atentemos às diferenças debatidas entre a estrutura financeira de pequenas e grandes empresas, em que Cosh e Hughes (1994) apontam, assumindo informação assimétrica, como ponto forte que as empresas preferem modos de financiamento que não diluam a sua quota de empresa, tais como lucros internos e empréstimos bancários. O autor aponta também que nas restrições financeiras existentes, as empresas de menor dimensão apresentam um retorno dos ativos totais mais favorável que as de maior dimensão, apesar de, em termos de volatilidade, as primeiras mostrarem-se mais suscetíveis a sofrerem danos maiores em caso de recessão do que as segundas. Deste modo, compreende-se que apesar de as empresas de menor dimensão exibirem melhores resultados no lucro apresentado, a incerteza do seu desempenho em caso de fatores exógenos adversos leva a que o seu acesso a financiamento externo seja mais complicado. Entendemos que, em 1997, uma das conclusões da conferência era de que a intervenção pública no financiamento das PMEs é essencial para o crescimento das mesmas, citando “European SME Financing: An overview”, Cressy e Olofsson (1997, pp 94):

"o papel do governo no desenvolvimento pessoal e profissional do empreendedor, especificamente aquele que desenvolve competências de gestão e trabalho de equipa, de formulação da estratégia e acima de tudo, de reforço da visão do empreendedor, deverá ser assumir um papel mais central no futuro debate sobre a disponibilidade financeira".

Jaffe (2002) mede no seu artigo o impacto que a concessão de subvenções tem nos projetos que financiam, assumindo que quem as concede tem como objetivo maximizar o capital investido. O problema apresentado (*selection-bias problem*) tem esse objetivo em mente ao argumentar que os projetos que são mais indicados para financiamento são aqueles que teriam melhor retorno mesmo sem financiamento. Encontram-se motivos para contrariar esta assunção quando pensamos que os financiamentos podem ter outro objetivo como um maior retorno social em vez de um retorno financeiro. Em Alonso-Borrego et al (2012) os autores delinham os pontos-chave que explicam em parte o

problema da seleção tendenciosa apresentada anteriormente por Jaffe (2002) na relação entre as subvenções e as empresas privadas. Em primeiro lugar, a história mostra que uma empresa que foi subsidiada no passado será mais facilmente subsidiada no futuro uma vez que, por um lado está mais informada com o processo de candidatura, logo tem custos menores na mesma e mais *know-how* na sua construção e, por outro, o governo tende a escolher alguém com histórico nos subsídios públicos de modo a poder garantir um investimento com menor risco e mais provável de gerar retornos económicos e sociais positivos. Mais uma vez, o conceito de *crowding-out* e *crowding-in* é referenciado, o primeiro porque projetos com uma grande margem de retorno seriam, caso não fossem financiados por subsídios públicos, subsidiados por fundos privados, o segundo pelo facto de as empresas reincidentes apresentarem projetos com um risco elevado e que nunca seriam financiadas por privados, justificando, assim, a necessidade do apoio público. O *Time-lag* é também referenciado, uma vez que como a I&D demora cerca de dois a três anos até começar a apresentar resultados, o que permite que durante esse tempo haja terceiros que beneficiem de *spillovers*. Quanto ao montante e origem das subvenções, importa referir o efeito nas subvenções concedidas, isto é, encontra-se um efeito de *crowding-in* para subvenções moderadas (mais comum em empresas que estejam a desenvolver projetos de I&D de maior dimensão), mas a partir de um certo nível teremos *crowding-out* (mais comum em empresas que estejam a desenvolver projetos de I&D de menor dimensão).

Em Kaufmann e Todtling (2002), os autores analisam os resultados retirados zona Norte da Áustria para saber o quão eficiente são os fundos de inovação nas PME's, derivado do problema da dificuldade que estas têm em pôr em prática as suas atividades de inovação. São diferenciados dois tipos de instrumentos de apoio, o apoio financeiro direto aos projetos de inovação e apoio aos centros tecnológicos. O primeiro suprime a necessidade de financiamento que as PME's muitas vezes apresentam, porém, os resultados mostram que este financiamento é requisitado, não para o processo de inovação, mas para a comercialização do produto. No caso dos centros tecnológicos, o estudo mostrou que as PME's se mostram deslocadas da necessidade de pessoal qualificado e precisam de ser instruídas quanto a esse aspeto. É aconselhado por Kaufmann e Todtling (2002) que os apoios se concentrem no capital de risco, onde se engloba os fundos para inovação e comercialização.

1.2 Auditoria e Controlo

Um dos pontos importantes na concessão de subvenções e do controlo das mesmas passa pelas auditorias independentes que são efetuadas e garantem a boa aplicação do capital financiado assim como o cumprimento do plano de projeto que foi acordado em consonância com a Comissão Europeia, mais propriamente a EASME. O papel destas auditorias passa por ter uma visão fora do espectro de quem está financeiramente e emocionalmente envolvido para com o projeto.

Segundo Kueppers e Sullivan (2010), um auditor independente deve expressar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras e os controlos internos, sendo que os relatórios que nascem da sua análise são, em última instância, o único produto do auditor e, portanto, deve ser o mais preciso e verídico possível. Reconhece-se o valor de uma auditoria independente pois aglomera não só descrições e fotografias financeiras, mas também, uma componente mais próxima do cliente, composta por reuniões e troca de ideias que culminam numa relação cliente/auditor bastante frutífera para um relatório de auditoria. Compreende-se também aqui o papel de conselheiro que o auditor tem, um dever de ser ponderado na sua apreciação e correto nas diretivas que propõe. O diálogo permite a compreensão das necessidades de cada um dos agentes envolvidos e conduz a uma relação que beneficia o auditor, o seu trabalho e a empresa ou entidade auditada. Os autores culminam o seu artigo reiterando a importância que cada agente interveniente no processo de auditoria tem, isto é, não é o singular trabalho do auditor que permitirá um relatório completo e correto, mas sim uma conjugação e relação entre as responsabilidades de cada agente na produção do relatório de auditoria.

De facto, a globalização e interligação dos mercados conduz à área de auditoria para a construção de um conjunto de regras aplicáveis globalmente que por um lado, pretendem aumentar a confiança dos agentes no trabalho de auditoria e por outro, promover a importância do auditor no processo de construção do relatório financeiro. Cintando Ojo (2006) em *“Audit Independence: Its Importance to the External Auditor’s Role in Banking Regulation and Supervision”* pp 23 *“Apesar da auditoria independente ser uma área bastante importante – e provavelmente mais importante que a fiabilidade da auditoria, é necessário mais trabalho na fiabilidade das auditorias”*. Propõe-se aqui que apesar da importância das auditorias independentes, o trabalho deve ser melhorado no

que toca a responsabilidade que um auditor tem aquando a sua apreciação final no relatório que apresenta. Isto é um facto bem trabalhado pelas instituições europeias, nomeadamente a EASME que almeja e garante nos seus planos de auditoria, de controlos internos e de relação com as empresas de auditoria a menor margem de erro possível, sendo a mesma alcançada através de uma conjugação das três ferramentas mencionadas. Segundo Ojo (2006) a existência de um auditor externo passa pela necessidade de suprir lacunas dentro das empresas e entidades, por exemplo nos controlos internos, na deteção de *non-compliance*, na análise detalhada que escapa aos sistemas informáticos e, por fim, no conflito de interesses gerado quando se reporta diretamente à gerência.

2. A EASME e o conteúdo do Estágio Curricular

Este capítulo é composto pela descrição detalhada da instituição onde trabalhei de setembro de 2016 a fevereiro de 2017. Inicia-se pela contextualização da Comissão Europeia e a criação da *Executive Agency for Small and Medium-Sized Enterprises*, sendo posteriormente feita uma descrição detalhada das funções desempenhadas durante o período de estágio, assim como um enquadramento dessas atividades no caso de estudo que será neste relatório analisado. O capítulo permitirá compreender o papel da Agência na gestão dos programas europeus e das respetivas subvenções, assim como a posição do departamento de *Legal e Ex-post Control* no tratamento da concessão de subvenções, desde a candidatura no projeto até à auditoria e relatório de desempenho final. Por fim, será dado ênfase aos programas europeus com os quais trabalhei diretamente, *Intelligent Europe Network, LIFE e Eco-Innovation*, onde encontraremos não só os detalhes financeiros de cada programa, mas também a componente logística, técnica e legal dos critérios de seleção de cada projeto.

2.1 A Comissão Europeia e a criação da EASME

A União Europeia foi criada num ideal de paz e estabilidade, fundada por homens de diversas ocupações e com um objetivo de construir uma Europa unida, próspera e capaz de se manter afastada do clima de guerra que foi testemunhado entre 1913 e 1945. Foi em 1950 que a Comunidade Europeia de Carvão e Metal uniu os países europeus para garantir uma paz duradoura, os seis fundadores, Bélgica, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo e Holanda colocaram-se na posição de estabelecer as metas primárias do projeto europeu. Seguiu-se, em plena Guerra Fria, a criação em 1957 da Comunidade Económica Europeia, através do Tratado de Roma, e a 16 de janeiro de 1958 a criação da Comissão Europeia, seguindo-se períodos prósperos de crescimento económico e de aumento de países aderentes. Porém, a crise do petróleo de 1973 conduziu a que a Europa apresentasse problemas no campo da energia e tenha respondido com uma aposta nos investimentos públicos, em infraestruturas e na proteção ambiental. Presencia-se, em 1989, um dos maiores rasgos de avanço político e social com a destruição do Muro de Berlim, que depois de 28 anos separada, a Alemanha volta a estar reunificada. Economicamente, o período que se seguiu foi o de maior aproximação à Europa que conhecemos atualmente com o Mercado Único a ser instituído em 1993 e assente em 4 princípios base, liberdade

de movimentos de bens, serviços, pessoas e dinheiro. A identidade europeia começa a ser criada com a geração que cresce neste período e usufrui dos apoios europeus para estudar e trabalhar fora do seu país. Em 1995 é assinado o Tratado de Amesterdão que detinha no seu conteúdo, não só a projeção dos valores europeus para o resto do mundo, mas também a proteção dos seus interesses e a incorporação dos acordos de *Schengen*. A década que se seguiu manteve a mesma linha de união e apesar dos eventos de 11 de setembro de 2001, data marcada pelo início da “Guerra contra o Terror”, a Europa testemunhou a adesão de mais 10 países que representaram o fim das divisões políticas entre Oeste e Este. A evolução europeia permitiu uma otimização dos processos e métodos de trabalho, desde a inclusão do euro como a moeda oficial até à criação de novas instituições e programas, que contribuíram para a progressão e alastramento do sonho europeu. Mas foi em 2008 que a União Europeia iniciou o seu período de maior teste. A crise financeira tornou-se global em setembro e exigiu que as várias agências e instituições europeias focassem os seus esforços na estabilidade económica e recuperação financeira dos países que foram mais afetados. Apesar das consequências da crise económica e financeira ainda se fazerem sentir, testemunhamos uma nova era de crescimento em que a União Europeia assenta nas suas políticas em planos como a estratégia Europa 2014-2020.

No quadro da evolução da Comissão Europeia até os dias de hoje, importa referenciar, dado o tema do relatório em questão, as ferramentas da União Europeia em termos de políticas regionais que fomentem o crescimento e a proteção dos valores delineados desde a sua fundação. No seu leque de instrumentos a Comissão Europeia detém os fundos de coesão e os fundos e investimentos estruturais, que são ferramentas financeiras que servem dois propósitos; a redução das disparidades de salários, riqueza e oportunidades; financiamento para os programas e fundos que recaem sobre a alçada da política regional.

Os fundos e investimentos estruturais europeus destinam-se a pequenos negócios, organizações civis e não governamentais, jovens, investigadores e negócios rurais. Dividem-se em 5 categorias e o seu objetivo passa pela criação de emprego e por um crescimento sustentável. O fundo de desenvolvimento regional europeu que promove o equilíbrio entre as regiões através da coesão económica e social. O fundo social europeu é o principal instrumento no apoio ao emprego e na garantia de oportunidades de emprego justas para todos os cidadãos europeus. Tem um orçamento de 10 Biliões de Euros

destinados a cumprir o desígnio mencionado e pretende fazê-lo através da aposta no capital humano europeu mais jovem. Os fundos de coesão apontam para os países cujo o Produto Nacional Bruto per capita seja abaixo de 90% da média da União Europeia (Bulgária, Croácia, Chipre, Republica Checa, Estónia, Grécia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Portugal, Roménia, Eslováquia e Eslovénia) e tem como objetivo a promoção de um desenvolvimento sustentável. Com um orçamento de 63.4 biliões de euros, destina-se ao período de 2014 a 2020 para a construção de infraestruturas e redes de transportes internacionais que estejam dentro do âmbito do *Connecting Europe Facility*, um instrumento de financiamento destinado aos transportes, energia e infraestruturas digitais. Dentro dos transportes e energia, os fundos de coesão podem também ser aplicados tendo em conta um ponto de vista ambiental e a sua proteção. Com um orçamento de 100 Biliões de Euros para 2014-2020, o fundo agrónimo para o desenvolvimento rural europeu é um instrumento de política desenhado para ultrapassar os desafios económicos e ambientais, lida especificamente com os agricultores e os seus mercados através de pagamentos diretos às necessidades do setor agrícola. Por fim, o fundo para os assuntos marítimos e pescas europeus que com um orçamento de 6,4 biliões de euros almeja uma transição para a pesca sustentável, estando disponíveis para educar os pescadores sobre o processo, ao mesmo tempo que apoia os países costeiros a diversificarem as suas economias.

Na descrição dos fundos e investimentos estruturais está presente a estratégia Europa 2020 para o crescimento e emprego na presente década, assumindo o objetivo de ultrapassar as falhas da economia europeia e aumentar a sua competitividade e produtividade. Empiricamente falando, a estratégia delineou os objetivos percentuais que recaem no que foi discutido no capítulo anterior: 75% de empregabilidade para pessoas entre os 20 e 64 anos; investimento de 3% do PIB da União Europeia em I&D; diminuir em 20% as emissões de gases de estufa, produzir 20% de energia através de energias renováveis e um aumento de 20% de eficiência energética; baixar para menos de 10% o número de jovens que abandonam a escola prematuramente e garantir que pelos menos 40% da população entre os 30 e 40 anos tenha realizado o ensino secundário; por último, diminuir o número de pessoas em, ou em risco de, pobreza ou exclusão social em 20 Milhões. A estratégia reitera que os pontos apresentados estão relacionados e são capazes

de ter um efeito de reforço mútuo, isto é, a Comissão Europeia pretende que exista uma sinergia entre os vários fundos e investimentos estruturais.

Depois de abordado a temática do financiamento da União Europeia e os seus instrumentos, partimos para a descrição da EASME, onde é feita a gestão de uma parte dos fundos e investimentos enunciados no parágrafo anterior. A *Executive Agency for Small and Medium Sized Enterprises* é uma das seis Agências presentes na União Europeia. Foi estabelecida inicialmente como *Intelligent Energy Executive Agency* em dezembro de 2003, sendo que entre 2007 e 2013 foi feita uma remodelação que permitiu a inclusão dos trabalhos de competitividade e inovação. Estabelecida a 17 de dezembro de 2013, foram inicialmente impostos os seguintes programas para gestão, COSME, LIFE, Horizonte 2020, EMFF e IEE II, com um orçamento de 10.89 Biliões de euros para o período de 2014 a 2020. A missão da EASME: “Nós providenciamos apoio de alta qualidade para os nossos beneficiários, transformando a política da União Europeia em ação. Como agência executiva da Comissão Europeia, nós gerimos partes significantes do COSME, LIFE, Horizonte 2020 e EMFF. Nós asseguramos que as ações financiadas por estes programas tenham resultados e providenciem a Comissão com informação valiosa para as suas tarefas políticas.”

A EASME situa-se numa relação de trabalho direto e de informação com 7 diferentes DG's (GROW, RTD, ENV, ENER, CLIMA, MARE, CONNECT). Com a missão de coordenar os programas da União Europeia, certifica-se da avaliação dos projetos, da preparação das subvenções e do *follow-up* aos projetos. A 31 de Maio de 2016 os programas da EASME distribuíam-se entre o Horizonte 2020 com 3.1 biliões de euros, COSME com 0.8 biliões de euros e Horizonte 2020 para inovação em ações de PMEs com 7 milhões de euros, Horizonte 2020 Eficiência Energética 0.8 biliões de euros, *Eco-Innovation* (LIFE 2.3 biliões de euros, Horizonte 2020 ação climática 2.7 biliões de euros e SILC II 0,87 biliões de euros) e por fim EMFF 0,3 biliões de euros.

O foco e a preocupação da Comissão Europeia para com as alterações climáticas resultou num orçamento de 3 biliões para o Horizonte 2020 no que toca aos programas *Eco-Innovation*, ação climática e observação, recursos naturais e materiais crus. A EASME insere-se num grupo que age como agente dos objetivos delineados pela União Europeia, sendo que nos últimos anos tem tido um papel preponderante como difusora da inovação

e aconselhamento a pequenas e médias Empresas, permitindo uma sinergia entre projetos de vários países e contribuindo para o crescimento das empresas. Trata-se de uma agência que possibilita que a Comissão Europeia obtenha no terreno o reconhecimento palpável que alavanca a popularidade da coesão europeia entre os vários países que a constituem.

2.2 Ex-Post Control e Ex-post Audit Strategy

Aquando a minha candidatura ao programa de estágios da Comissão Europeia, expressei o meu interesse no trabalho realizado pelos fundos europeus, razão pela qual fui selecionado para a equipa de *Ex-post Control* (conectados estavam as equipas de *Legal e Internal Control and Reporting*), inserida no departamento de Finanças e Administração da EASME. O departamento geria o controlo *ex-post* dos projetos em financiamento, tratando desde as questões financeiras até ao controlo dos recursos humanos alocados para os projetos e o suporte na gestão interna dos projetos inseridos nos programas. A boa imagem da Agência e do departamento foi tomada como um objetivo importante, de forma a que haja uma preocupação em promover ao público as atividades e o trabalho desenvolvido, seja pelo aconselhamento legal e financeiro que fará com que as empresas finalizem os seus projetos em segurança e nas conformidades reguladas, seja pelas pessoas que se ficam embaixadoras quando se tornam emocionalmente envolvidas com a agência e os seus projetos.

O departamento Finanças e Administração almeja ser um ponto comum nas relações entre os vários agentes presentes nos projetos, tanto ao nível das empresas que os executam, como nas diferentes Agências e DG's que compõem todo o processo desde a seleção, a concessão das bolsas e auditorias finais. No que toca a *Internal Control and Reporting*, apesar de ser uma área em que não trabalhava diretamente, era mandatário que seguíssemos as diretivas ordenadas pela equipa, uma vez que o objetivo da mesma era que mantivéssemos os níveis legais de regulação tanto financeira como operacional no tratamento contabilístico, logístico, de risco, *compliance* e de gestão dos programas em que estávamos envolvidos.

Em *Ex-post control* são delineadas as estratégias finais de auditoria para os programas assim como a construção de um plano de auditoria e uma implementação do mesmo que permita um relacionamento produtivo com as empresas de auditoria. No ramo de trabalho

em que este departamento se situa, é essencial uma sinergia entre os vários intervenientes de modo a que haja uma evolução para margens de erro cada vez menores entre os beneficiários, as auditoras e a Comissão Europeia.

A equipa *Ex-post* gere a sua ordem de trabalhos em consonância com as restantes equipas de auditoria tendo em conta a estratégia delineada. A *Audit Strategy* cobre os programas COSME, LIFE e EMFF e tem sobre si um orçamento de 2.921 Biliões de euros referente aos três programas apontados e a gestão das bolsas a eles alocadas. O programa LIFE beneficia de 78.32% do orçamento total, sendo o restante distribuído com 17.31% para COSME e 4.37% para EMFF. Apesar dos programas terem uma duração de 6 anos, isto é, de 2014 a 2020, o trabalho de auditoria estende-se até 2024, dado que é estimado que será aí que as últimas auditorias estarão finalizadas, entende-se, portanto, o porquê do mandato ser de 1 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2024.

A vida de um projeto a partir do momento em que se torna candidato a um dos programas da Comissão Europeia divide-se em 4 passos, sendo que a equipa de *Ex-post Control* se encarrega do último. Numa primeira fase são selecionados os projetos com melhores prospeções de cumprirem os objetivos delineados pelos programas assim como estabelecer os processos legais necessários para o início dos procedimentos europeus. Segue-se a gestão dos contratos e dos projetos, sendo feito um acompanhamento próximo das empresas de modo a garantir que estão a ser seguidas as diretivas delineadas no início do projeto. Esta fase inicia-se aqui, mas estende-se por toda a vida do projeto e a EASME certifica-se que todos eles recebem o apoio não só financeiro, mas também como vimos anteriormente, logístico e de aconselhamento. Nas últimas duas fases temos os controlos *ex-ante* e *ex-post*. No caso dos controlos *ex-ante*, cada caso é um caso, logo os controlos feitos são adequados a cada projeto e a cada empresa e asseguram-se que os projetos a serem desenvolvidos cumprem as especificidades traçadas pelos programas. Este controlo é feito através da revisão financeira da contabilidade e dos recursos usados.

No caso do *ex-post control* surge com a componente chave no encerramento de todo o processo, uma ferramenta de controlo interno que define como as auditorias têm que ser desempenhadas. São os resultados destas auditorias que serão cruzados com os resultados *ex-ante*, de modo a que seja possível averiguar se o plano de projeto delineado foi cumprido como estava planeado. Na eventualidade de existirem desvios ou alterações ao

plano inicial, estes serão confrontados e inseridos na *error rate* que determina no final se os resultados foram positivos ou negativos.

A agência e o departamento mantêm como indicadores chave de performance o controlo do tempo para a subvenção, o controlo para fazer os pagamentos das subvenções dentro dos limites legais, a execução a 100% do orçamento operacional e de praticar uma *error rate* residual nas transações financeiras abaixo dos 2%. O mecanismo de controlo de maior regularidade e legalidade é a *error rate* detetada pelas auditorias *ex-post*, sendo que a mesma só poderá ser acedida na fase final dos programas multianuais da EASME. Esta *error rate* residual é obtida através da análise de amostras de transações, sendo que os dados mais recentes, presentes no relatório final da EASME, mostram que apenas o programa IEE apresenta uma *error rate* residual acima da meta com 2,45%, ao contrário dos programas *Eco-Innovation* que no momento tem 1,47% e o ENN com 1,73% (dada a natureza recente do tratamento de dados dos restantes programas, a agência só pode aferir os valores destes três). Deste modo, passa pelos objetivos da agência detetar e corrigir os erros mais significantes nas auditorias selecionadas, sendo que esta abordagem passa pelos critérios de seleção como os valores de financiamento concedidos e equilíbrio geográfico. A auditoria *ex-post* tem como objetivo a gestão segura e correta dos recursos financeiros concedidos aos projetos. Prima pela regularidade e legalidade das transações financeiras efetuadas e por um melhoramento dos sistemas de controlo interno de ambos os que beneficiam das subvenções e da agência, de modo a que haja uma margem de erro cada vez menor no futuro.

2.3 Objeto do estágio e funções desempenhadas

No âmbito do meu estágio foram-me alocadas responsabilidades de controlo e análise dos valores auditados por profissionais externos à comissão europeia, com o objetivo de averiguar se as subvenções concedidas estavam a ser usadas dentro dos parâmetros apresentados nos planos dos projetos. Ao se candidatarem a financiamento, as empresas fornecem um plano de negócio com valores onde expõem os seus objetivos operacionais e financeiros para a realização do projeto que se propõem executar, sendo que o mesmo só será financiado pela comissão europeia se forem cumpridos os planos e os requisitos delineados pela EASME. Deste modo, as auditorias externas efetuadas por empresas

independentes têm como propósito fornecer o ponto da situação em que se encontra o projeto, uma fotografia dos gastos da empresa e das suas ações. Ao ter acesso a estes valores, a equipa de *Ex-post Control* certifica-se de que os objetivos preparados pela Comissão Europeia estão a ser cumpridos.

Dentro dos diferentes programas europeus, e apesar de ter tido influência em grande parte dos que passavam pela equipa de *Ex-post Control*, trabalhei na maioria do meu estágio nos Programas *Intelligent Energy Europe*, *LIFE* e *Eco-Innovation*. As atividades desempenhadas passaram em primeiro lugar por um controlo de qualidade nos três programas referenciados através da reconciliação dos valores reportados nos relatórios de auditoria e da identificação de discrepâncias. Tendo em conta as minhas considerações, emitia a minha recomendação aos gestores de projetos para a resolução dos pontos a melhorar encontrados. No programa *LIFE* realizei uma análise e reformulação das ferramentas de monitorização usadas pelos departamentos encarregues das candidaturas a este programa. O trabalho realizado neste campo resultou em alterações na monitorização das subvenções e na construção de uma folha de Excel para universo de auditoria das subvenções *LIFE*. Esta mesma folha continua a ser usada como ferramenta de monitorização dos pagamentos efetuados aos projetos aprovados para financiamento. Finalizei o meu estágio com o tratamento dos documentos relativos auditorias planeadas para acontecerem em 2017 nos programas *Intelligent Energy Europe* e *Eco-Innovation*. Em termos de tamanho de informação, o meu trabalho no tratamento destes documentos cobriu 70 beneficiários envolvidos em 130 projetos, o que permitiu um acesso mais eficiente das equipas operacionais e financeiras aos dados mais importantes de cada projeto. O meu relacionamento com os valores dos projetos, assim como a participação diária em reuniões de equipa e de departamento permitiram-me obter um conhecimento próximo do processo total de financiamento europeu.

Além das funções desempenhadas enquanto membro da equipa, exercia um papel de proximidade com o líder do departamento e meu tutor enquanto estagiário. A relação estabelecida com ele possibilitou-me participar nas reuniões de maior magnitude com os diretores das outras Agências e DG's, assim como no reporte dos nossos resultados no Parlamento Europeu e ao comissário europeu Carlos Moedas, responsável pela Investigação, Ciência e Inovação. Foi nestas reuniões e congressos que destaquei e absorvi a maioria do conhecimento que apliquei no presente relatório, uma vez que, se

por um lado o meu trabalho na equipa de *Ex-post Control* me permitiu aprofundar o meu know-how sobre a concessão de subvenções, por outro a ligação direta aos órgãos de gestão europeia permitiu-me recolher o panorama geral dos objetivos e metas delineados pela Comissão Europeia nos campos abordados neste relatório.

A experiência como estagiário na Comissão Europeia abriu-me a possibilidade da construção de uma carreira nas instituições europeias. Durante o período de estágio consegui estabelecer uma rede de contatos derivado das conferências que frequentei e dos fóruns de discussão que participei no Parlamento Europeu. Será assente nestes ativos amealhados enquanto estagiário da Comissão Europeia e estudante do Mestrado em Economia na Faculdade de Economia do Porto que voltarei a exercer um cargo numa instituição europeia.

2.4 Programas europeus do estágio curricular

Como foi enunciado no ponto anterior, o meu estágio incidiu na sua maioria em três programas europeus de financiamento, o *Intelligent Europe Network*, o *LIFE* e o *Eco-Innovation*. Iremos, então, fazer uma descrição dos objetivos de cada um dos programas assim como os critérios de seleção das candidaturas a subvenções, o que servirá para dois propósitos no presente relatório: a compreensão mais aprofundada dos programas trabalhados no âmbito do estágio realizado e a preparação para os argumentos que serão enunciados no capítulo 4.

2.4.1 Intelligent Energy Europe

O programa *Intelligent Energy Europe* esteve aberto e disponível para propostas durante 10 anos, de 2003 a 2013 (IEE de 2003 a 2007 e o IEE II de 2007 a 2013). Tinha como objetivo abordar as barreiras não tecnológicas que impediam a União Europeia em atingir as metas em matéria de energia renovável. No que toca ao IEE II, foi-lhe atribuído um orçamento de 730 Milhões de Euros com vista a provisionar energia segura, sustentável e competitivamente bem avaliada no mercado, de modo a poder promover uma visão eficiente e justa para todos os agentes envolvidos, mantendo sempre uma vertente ambiental bem impressa nos projetos selecionados.

Cada projeto, para ser considerado para seleção, teria de conter na sua estrutura um destes campos: uma política de desenvolvimento que pretende implementar as políticas delineadas pela Comissão Europeia, moldá-las e aplica-las às necessidades estratégicas dos governos locais; a criação de condições de mercado favoráveis, nomeadamente a implementação de políticas que promovam por um lado a destruição de barreiras que não permitam a harmonia económica e financeira entre os países e por outro a desenvolvimento logístico que permita suportar estas políticas. No seguimento do ponto anterior, o programa propõe: uma mudança de comportamento através da disponibilização de informações que encorajem os agentes de mercado a efetuar essa mudança e as ferramentas que apoiem a educação de capacidades e técnicas dos mesmos agentes; por fim a mobilização de investimentos, que consiste na disponibilização de informação e de recursos para que os procedimentos sejam feitos de forma uniforme, ao mesmo tempo que a cooperação dentro do mercado permita a assistência técnica na preparação dos contratos e uso de fundos estruturais ou de investimento.

O *Intelligent Energy Europe* assume também uma avaliação que se baseia em quatro critérios que servirão como classificação para averiguar se o projeto é merecedor de financiamento. O primeiro critério pretende classificar a extensão a que o plano e consequentes recursos possam assentar em iniciativas e políticas já existentes nos países de onde são oriundos. O segundo trata de avaliar a capacidade que o projeto tem em mobilizar o mercado e as suas autoridades públicas relevantes, nacionais e internacionais, provando ao mesmo tempo a credibilidade e ambição da proposta. O terceiro tem como base o plano delineado pela sua candidatura, descrição, proposta de implementação e a metodologia usada. Por fim, os recursos enumerados no projeto serão avaliados tendo em conta a eficácia da sua alocação assim como as capacidades técnicas que os mesmos representem.

2.5 LIFE

O programa LIFE também recai sobre a alçada da EASME, que seguindo a mesma linha que outros programas, tem como objetivo uma transição para uma economia eficiente, não só de recursos, mas também na relação dos mesmos e do ser humano com as alterações climáticas e consequentes problemas ambientais. A juntar aos apoios

financeiros, junta-se também um papel de braço direito da Comissão Europeia que melhora o processo de controlo e aplicação das políticas da União Europeia em matéria de clima e ambiente, assim como assistente local para uma maior preocupação do setor público para com este tipo de iniciativas.

Retirado do Jornal Oficial da União Europeia (2014), pp 4 “a dotação orçamental global a favor do Programa LIFE para o período de 2014 a 2020 é de 3 456 655 000 EUR, 75 % dos quais são afetados ao subprograma relativo ao ambiente (2 592 491 250 EUR) e 25 % dos quais ao subprograma relativo à ação climática (864 163 750 EUR).”

O primeiro subprograma, que beneficia da maior parte do orçamento, é encarado como prioritário tendo em conta a missão do programa LIFE, isto é, o ambiente e a eficiência no uso dos recursos dos mesmos. O segundo subprograma concentra a sua ação na aplicação legislativa delineada pela União Europeia, agindo como apoio na transição para uma Europa mais aberta às ações e objetivos climáticos delineados pela Comissão Europeia. Como pudemos analisar, a repartição do orçamento permite ao subprograma recolher para si 75% do mesmo, enquanto o subprograma de ação climática recebe os restantes 25%. Nos dados fornecidos pelo relatório de 2014, reparamos que a proporção se mantém no orçamento delineado para o período 2014-2017, sendo que dentro do subprograma do ambiente os domínios prioritários Natureza e Biodiversidade e Ambiente e eficiência de recursos recolhem para si os maiores valores dentro do orçamento com 610,07 e 495,85 milhões de Euros respetivamente.

Na seleção das propostas enviadas, cada programa exerce na sua escolha um leque de características que cada projeto tem de cumprir de modo a poder ser considerado para financiamento. O programa LIFE assume que os candidatos devem demonstrar, tendo em conta o seu passado, capacidade operacional e financeira, isto é, além de possuir as competências para cumprir o projeto, têm de deter a estabilidade financeira para conseguir manter a atividade durante o período total de operações. De todas as propostas enviadas, são avaliados e posteriormente elaborada uma lista preliminar que tem em conta a conformidade que os projetos apresentam para com os objetivos do programa, de modo a assegurar que os recursos a serem financiados estão dentro do âmbito da missão do programa LIFE. Por fim, são divulgadas as listas finais onde os projetos bem-sucedidos serão propostos para financiamento tendo em conta o orçamento disponível.

A concessão das subvenções, após ser aprovado a sua elegibilidade, será avaliada e classificada tendo em conta um grupo de critérios presentes no anexo 4. Tem-se em conta a coerência técnica e financeira, dois pontos que surgem no seguimento do que foi apresentado em cima, mas que neste regime de avaliação assumem uma definição mais profunda. Além de possuir as competências técnicas, o candidato deve mostrar capacidade para manter os resultados a médio e longo prazo após o término do projeto assim como ser financeiramente eficaz na proposta que apresenta, uma vez que a rentabilidade será tida em conta durante todo o processo de modo a avaliar se mantém o que foi apresentado aquando a candidatura. Ao considerar os objetivos do programa LIFE, entendemos que a concessão de financiamento será então julgada pela qualidade da contribuição do projeto para alcançar metas propostas pela Comissão Europeia. Compreendemos, deste modo, a importância da criação de valor acrescentado para a União Europeia, seja pela contribuição direta nos objetivos dispostos pelo programa LIFE, seja pela sinergia que poderá ser a vir criada com outras políticas da União Europeia. A possibilidade do projeto ser replicado ou transferido tem também uma grande influência, uma vez que significa que o conhecimento, técnicas e *know-how* serão usados para voltar a obter resultados positivos, o que contribui para alcançar as metas propostas pelo programa. Um outro aspeto importante passa pela característica transnacional do projeto, a cooperação entre vários países europeus que representa as bases em que a União Europeia sedimenta as suas políticas. Sendo o programa relacionado com o ambiente e o clima, são beneficiados os projetos que antecipem a utilização dos resultados em ordem destes dois campos.

2.6 Eco-Innovation

O programa *Eco-Innovation*, lançado em 2008 dentro da iniciativa de empreendedorismo e inovação, tem como objetivo o apoio à inovação e competitividade dentro das PME's. Há uma missão em aproximar investigação e o mercado, apoiar ideias e processos que tenham como principal motor a proteção do meio ambiente e prepará-los para serem usados sob a alçada comercial e industrial.

No seu core, o programa apresenta 5 pontos essenciais que abrangem aquilo que é a definição da redução do impacto que nós, enquanto sociedade, temos no meio ambiente:

materiais e processos recicláveis, ou seja, projetos que se situem dentro da componente da reciclagem, desde o processo de seleção dos materiais até à produção de produtos de origem reciclável; produtos de construção sustentáveis relativos ao uso ponderado dos recursos naturais, reuso dos resíduos de demolição e a aplicação de técnicas de construção com efeitos menos nefastos para o ambiente; no setor de comidas e bebidas pretende-se, além de uma otimização dos processos, uma consciencialização ambiental na utilização e consumo dos recursos; eficiência no tratamento e distribuição de água que se pretende traduzir numa redução de 30% no consumo de água na produção; negócio verde/ambiental, ponto prioritário na seleção dos projetos que tem como base a promoção de inovações para a *Eco-Management and Audit Scheme* (EMAS), mas que não deixam de intervir em mecanismos de produção e de reparação que cumpram o mesmo objetivo.

A iniciativa Europeia suporta, neste programa, o papel de destaque que pretende ter enquanto a primeira linha no apoio a sustentabilidade, mais especificamente às PME's, visto que mercado de produtos e serviços ambientais promovido pelas indústrias ecológicas representa, segundo a OECD, um valor estimado de 2,5% do PIB da União Europeia. O programa, pioneiro na área, ajuda empresas privadas na fase final da comercialização dos seus produtos, para que, no final, o resultado seja um contributo para a proteção do ambiente e aumento da competitividade das PME's e da economia europeia em geral.

Tal como no programa LIFE, é indicado no documento da Comissão Europeia *Eco-Innovation* (2013) que o processo de seleção é iniciado tendo em conta a capacidade financeira e as competências técnicas dos candidatos, sendo que ao falhar um destes critérios o candidato fica fora do processo de seleção. É também feito um ranking tendo em conta cinco critérios, sendo que os candidatos só serão considerados para seleção se obtiverem uma pontuação acima de 34 em 50. Numa primeira análise o documento considera que os projetos que não forem selecionados serão colocados na lista de reserva, sendo que nesta será dada prioridade a candidatos que aumentem a cobertura geográfica do programa e que detenham propostas que tenham maior impacto ambiental. Esta premissa, embora seja aplicada nas listas de reserva, demonstra uma missão bem assente nos ideais da União Europeia e do programa, atingindo os objetivos ambientais ao mesmo tempo que a dispersão dos fundos europeus permite uma maior comunicação dos objetivos por toda a Europa. No que toca aos cinco critérios que serão avaliados, o

primeiro trata de assegurar que a proposta vai de encontro as políticas e objetivos que o programa pretende implementar e difundir. Avalia, no fim de contas, a credibilidade técnica das propostas e o estágio em que se encontra o projeto a ser implementado, quanto mais avançado se encontrar, mais sólido se torna e maior será a cotação da avaliação. O segundo passa pela coerência da proposta, o plano da mesma deve estar bem estruturado e explicado, tem de ter uma linguagem correta e uma descrição de todo o plano. Na sua conclusão, a solidez do plano e o escrutínio das suas atividades e dos recursos necessários devem assegurar aos avaliadores de que se trata de um candidato promissor. O terceiro engloba o fator de réplica do projeto e da sua capacidade em aumentar os mercados existentes, nomeadamente no papel que podem ter em ultrapassar e deitar abaixo barreiras existentes no mercado. O quarto critério tem em consideração a questão orçamental do projeto e a eficaz alocação de recursos de modo a tirar o maior partido das horas de trabalho. Por fim, avalia-se o valor acrescentado criado com o financiamento deste projeto, desde a cooperação europeia que será criada até aos benefícios mais diretos nas políticas ambientais implementadas que se irão refletir na Comissão Europeia como uma identidade.

3. Metodologia

3.1 Investigação qualitativa e de caso de estudo

O projeto europeu apresenta neste momento um leque de benefícios que pretendem fazer da Europa um local economicamente competitivo, ao mesmo tempo que promove a sustentabilidade ambiental, um dos pontos fortes assentes na estratégia da União Europeia para o século XXI. O objetivo deste relatório é analisar a distribuição das subvenções, investimentos e apoios oriundos dos diferentes programas da Comissão Europeia, pelo que a recolha de informação sobre os mesmos é de extrema importância para uma conclusão que se adegue ao objetivo delineado neste relatório.

O método usado para a análise que foi acima introduzida é o da investigação qualitativa. Para avaliar as razões subjacentes na seleção dos projetos a ser financiados, assim como a percentagem a ser financiada, tivemos de ter em conta vários fatores em cada país, nomeadamente a sua condição económica, social e política. Para a sua interpretação o método escolhido não compromete o objetivo do estudo e revela-se como o mais adequado. Como indica Anderson (2011), a investigação qualitativa é adequada a quem produz políticas, pois descreve as bases em que as mesmas são implementadas. No caso a analisar, e como a autora acrescenta, a metodologia a usar aplica-se dado que a investigação envolve a recolha e análise de dados que não são facilmente reduzidos a números e a interpretações matemáticas, sendo, portanto, indicada para ciências sociais como a estudada neste relatório.

O estudo irá centrar-se nos três programas da Comissão Europeia em que eu estive diretamente envolvido, e estando os mesmos centrados em projetos com objetivos comuns dentro do espaço europeu, o método de investigação apropriado será o estudo de caso. O uso deste método de investigação justifica-se pelo facto de ser necessário capturar o ponto de vista pessoal de quem participou no caso em questão, o que permite uma descrição pormenorizada do estudo (Harrison et al (2017)). Os autores acrescentam que o objetivo fundamental desta investigação passa pela análise do caso tendo em conta a visão do participante, nomeadamente através da co-construção de dados com o auxílio de observações diretas, entrevistas e documentos. Por fim, a metodologia estudo de caso permite uma sinergia no enquadramento de diversos tópicos relativos ao tema que está a ser analisado.

3.2 Tipos e fontes de Informação

Tendo em conta a metodologia apresentada e dado o objetivo em analisar a distribuição das subvenções dos programas europeus, o estudo assenta na recolha de dados oriundos de fontes secundárias e na análise de informação interna e externa.

Informação Interna:

- Observação direta durante o período de estágio
- Documentos internos e bases de dados fornecidos pela EASME
- Recolhimento de depoimentos de *Project Officers* dos programas *LIFE*, *Eco-Innovation* e *IEE*.

Informação Externa:

- Páginas de website das instituições (Comissão Europeia, EASME, União Europeia)
- Relatórios executivos elaborados pela ou a comando da Comissão Europeia/EASME
- Bases de dados do World Bank, OECD, Eurostat e EPI

3.3 Etapas de estudo

Tendo como base a metodologia e informação acima indicada, trataremos da prossecução do objetivo delineado para este relatório num processo que contemplará as seguintes etapas:

- 1) Enumeração e descrição das características e fatores determinantes dos beneficiários que influenciam a seletividade e a aprovação das candidaturas;
- 2) Análise geográfica, economia e social dos beneficiários e identificação dos países com maior taxa de aprovação;
- 3) Análise dos beneficiários tendo em conta a experiência no mercado em que estão inseridos e na candidatura a fundos públicos. Identificação do padrão no critério de seletividade;
- 4) Análise da influência que cooperação entre o setor privado e público e a cooperação internacional tem na aprovação das candidaturas. Identificação do padrão de seletividade;

- 5) Benefícios e impactos que a concessão de subvenções tem nos seus beneficiários e nos objetivos delineados pela União Europeia aquando a criação dos programas de financiamento europeus (metas económicas, sociais e ambientais);
- 6) Seleção final das características e fatores determinantes que influenciam a atribuição de subvenções nos programas de financiamento europeus.

4. Seletividade dos fundos europeus

Neste capítulo será analisada a distribuição da seletividade dos fundos europeus dos programas *Eco-Innovation*, LIFE e IEE. Tendo em conta o muito elevado volume de informação, mas também o facto de muitos dos projetos aprovados estarem ainda numa fase relativamente inicial da sua execução, optamos por centrar a análise, assente nos dados disponíveis, na primeira fase do ciclo atrás descrito, isto é, nas características e fatores determinantes do acesso dos beneficiários potenciais aos instrumentos em análise. Foram considerados os fatores de maior relevo que permitirão retirar conclusões quanto à avaliação das propostas, pretendendo-se saber quais as variáveis que têm maior influência na aprovação de financiamento para um projeto por parte de um programa europeu. O estudo irá refletir os principais desafios e vantagens aquando a preparação de uma proposta, focando-se na análise da existência de pré-condições por parte das candidaturas que as permitam beneficiar de uma maior probabilidade em ser selecionadas. Será feita uma análise global que aglomera todas as características e fatores analisados de modo a podermos concluir quais as pré-condições que aumentam as hipóteses de um projeto ser selecionado.

Na identificação destas características e fatores determinantes, tivemos em consideração que os objetivos expostos dos programas apresentados no capítulo 2, isto é, os critérios de seleção impostos nos programas *Eco-Innovation*, LIFE e IEE já integram a necessidade de as candidaturas cumprirem certos parâmetros financeiros, operacionais e ambientais. Deste modo, a análise terá de ser composta por pontos não inscritos nos objetivos dos programas, mas que são parte integrante e importante na avaliação das candidaturas. Em primeiro lugar será analisado o papel que os países dos beneficiários têm na aprovação das candidaturas, nomeadamente tendo em conta o tamanho, localização e desempenho económico dos países. Em segundo lugar, como foi estudado no primeiro capítulo, uma experiência superior no mercado e em candidaturas a fundos públicos permite às empresas obter melhores hipóteses de os seus projetos serem aprovados para a concessão de subvenções. Por último, foi possível identificar, dentro das metas delineadas pela União Europeia, que a cooperação entre setor privado e setor público, assim como a cooperação internacional, têm grande impacto na força de uma candidatura, não só por ir de encontro ao que o projeto europeu pretende implementar,

mas também por permitir uma sinergia de conhecimento entre empresas e entidades de diferentes países.

No fim iremos analisar os impactos e benefícios económicos, sociais e ambientais que os projetos aprovados têm não só nas empresas, mas também nos objetivos que a Comissão Europeia tem sedimentado nas suas políticas. Desta forma, poderemos compreender os critérios de seletividade e conseguir concluir numa seleção de características e fatores que alavancam a candidaturas de quem as satisfaz.

4.1 Análise económico-geográfica

Neste ponto vamos analisar o papel que a nacionalidade dos beneficiários, e mais concretamente dos coordenadores, tem como influência na seletividade por parte dos três programas estudados neste relatório. Teremos em consideração os montantes financiados e as percentagens dos mesmos nos custos totais dos projetos, para assim podermos identificar os países que dentro dos programas analisados mais beneficiaram dos programas europeus.

4.1.1 A área dos projetos e a nacionalidade dos beneficiários

Na primeira avaliação da distribuição dos fundos concedidos pelos programas mencionados vamos ter em conta os países das empresas onde o financiamento está a ser alocado. Com informação retirada da base de dados dos programas recolhemos os valores mais importantes para podermos executar uma interpretação primária da análise que pretendemos executar. A variável aqui a ser estudada irá servir como fundamento para as restantes variáveis uma vez que tem em consideração a premissa mais básica da pesquisa feita, isto é, a disparidade do sucesso e insucesso das empresas dos diferentes países europeus aquando a candidatura ao financiamento dos programas europeus de apoio a PMEs e Inovação.

Começando pelo programa LIFE, na análise das tabelas no anexo 5 e 6 conseguimos retirar quais as áreas dentro dos subprogramas que mais foram alvo de benefícios assim como os países com o maior número de projetos aprovados e os montantes recebidos pelos mesmos. No antigo programa LIFE verifica-se uma concentração de projetos

aprovados relativos às áreas de inovação ambiental e conservação da natureza com 2409 (56,84%) e 1582 (37,33%) respetivamente num total de 4238. Um valor que não surpreende dado os objetivos deste programa reiterarem na sua substância a importância destes dois capítulos para o sucesso do mesmo. No que toca ao novo Programa LIFE, a funcionar desde 2014 e que se prolongará até 2020, conta apenas com 99 projetos aprovados, mas já apresenta uma clara incidência de projetos relativos as alterações climáticas (57 projetos aprovados).

Geograficamente, encontramos uma convergência em dois países, Itália e Espanha: o primeiro com 795 projetos aprovados que tiveram um custo de 1,2 Biliões de Euros, sendo que 570 Milhões de Euros foram financiados pelo programa; o segundo com 777 projetos aprovados que tiveram um custo de 1,3 Biliões de Euros, sendo que 600 Milhões de Euros foram financiados pelo programa.

Uma outra análise a ser feita passa pela percentagem que foi financiada pela Comissão Europeia, um valor que varia consoante o projeto e as suas características, porém é possível encontrar discrepâncias nestas percentagens. Analisando a tabela 1, a média situa-se nos 50,32%, contudo países como a Croácia (21 projetos aprovados) e a Lituânia (17 projetos aprovados) apresentam valores superiores, 65,91% e 61,54% respetivamente. Em sentido oposto verificamos uma tendência para países com percentagens entre os 40% e 45%, com destaque para a percentagem da Holanda, 28,55%, que apresenta 198 projetos aprovados dentro da linha dos restantes países europeus, isto é, uma clara incidência em inovação ambiental e conservação da natureza.

No relatório de Vincze (2016), disponibilizado em fevereiro de 2016 e relativo as propostas aceites de 2008 a 2011 para o programa Eco-Innovation, conseguimos analisar a distribuição dos projetos tendo em conta a sua área de ação e o país que beneficiou do programa. Os acordos para financiamento foram fechados com 185 projetos selecionados num montante que rondou os 130 Milhões de Euros recaem sobre 5 áreas prioritárias: Água com 20 projetos, reciclagem com 54, edifícios e construção com 23, comida e bebida com 32 e por fim negócio ambiental/verde com 56.

Tipicamente os projetos são transnacionais, uma vez que 70% deles envolvem participantes de mais que um país, sendo que os mais ativos foram Espanha e Itália, que beneficiaram 22,8 e 22,6 Milhões de Euros respetivamente, seguindo-se a Holanda com

13,2 Milhões de Euros (Anexo 7). Ao relativizar o número de fundos concedidos tendo em conta o número de empresas inovadoras dentro de cada país, o relatório aponta a Eslovénia, Estónia, Dinamarca, Croácia e Grécia como os países que mais se destacam.

O programa está encerrado, mas a Comissão Europeia pretende usar a experiência retirada desta iniciativa e incuti-la no novo programa LIFE+, seguindo a linha de conexão entre os objetivos ambientais europeus e as pequenas e médias empresas, institutos académicos e de pesquisa, associações industriais e câmaras de comércio.

O programa *Intelligent Energy Europe* funcionou de 2003 a 2013 e segundo o relatório de Howes (2016) da Comissão Europeia, 47 projetos de bioenergia foram aprovados com 48.3 milhões em fundos. Os beneficiários procuravam uma competitividade energética ao nível de preços que abrangia uma política de desenvolvimento e a implementação das estratégias delineadas. Acresce à criação de condições de mercado favoráveis que as suportassem, uma alteração de comportamento baseada na educação e treino que pudesse conduzir a uma construção de técnicas que, na sua última análise, atraíssem investimento. Dos 47 projetos aprovados, a distribuição fazia-se por 18 do tipo de biomassas sólidas, 14 de biogás e biometano, 9 de planeamento e estratégia e 6 de biocombustível.

No que toca aos países envolvidos, cada plano de negócio aglomerava contribuições de diferentes países que resultavam numa colaboração de várias empresas para concluir o projeto. Na tabela 2 encontramos a implementação dos planos de negócio dentro do programa IEE II por país, sendo ainda discriminado a área em que se inclui. Os dados fornecem-nos, portanto, conclusões quanto aos países que mais beneficiaram dos projetos aprovados, uma vez que mostra o número de planos de negócio que foram implementados em cada país.

A Alemanha foi o país que mais beneficiou do programa, estando envolvida em 73 planos de negócio, seguindo-se Bélgica e Inglaterra com 46 e 45 respetivamente. Analisando as áreas em que os planos foram implementados, notamos uma incidência em centrais de aquecimento e de biogás, do primeiro beneficiaram em maior número a Alemanha com 51 centrais e a Inglaterra com 41, do segundo temos a Bélgica com 45 centrais e a Hungria com 29.

Tabela 1 – Distribuição das subvenções concedidas dentro do programa LIFE

	Total	Montante Gasto	Contribuição da UE	Percentagem da Contribuição
Alemanha	339	900	367	40,78%
Áustria	100	285	120	42,11%
Bélgica	167	464	208	44,83%
Bulgária	21	464	208	44,83%
Croácia	17	22	14,5	65,91%
Dinamarca	94	242	108	44,63%
Eslováquia	32	63	33	52,38%
Eslovénia	38	66	36	54,55%
Espanha	756	1,3	0,6	46,15%
Estónia	33	38	20	52,63%
Finlândia	137	268	141	52,61%
França	347	268	124	46,27%
Grécia	224	305	162	53,11%
Holanda	194	585	167	28,55%
Hungria	54	107,5	65	60,47%
Irlanda	58	130	58	44,62%
Itália	776	1,2	0,57	47,50%
Letónia	43	53	33	62,26%
Lituânia	16	26	16	61,54%
Noruega	-	-	-	-
Polónia	70	198	105	53,03%
Portugal	153	155	89	57,42%
Reino Unido	242	570	262	45,96%
República Checa	18	32	18	56,25%
Roménia	67	53	30	56,60%
Suécia	143	455	196	43,08%
Total	4139	5752	2581,67	44,88%

Fonte – Base de dados online do programa LIFE

Tabela 2 – Distribuição da implementação dos planos de negocio do programa IEE por país

	Heat	DH	BG/BM	Biogas	Other	Wood supply chains	UCO	Supply Chains	Biomass	BTLC	Total
Alemanha	51	16	2	2				2			73
Áustria	2		4	2				2	4		14
Bélgica				45			1				46
Bulgária	7						1				8
Croácia	30										30
Dinamarca	1			10			1				12
Eslováquia						8					8
Eslovénia	20			1		8		3		2	34
Espanha			4				4	2		4	14
Estónia			1								1
Finlândia	4		3								7
França	18			4		8					30
Grécia							1				1
Holanda			5	3							8
Hungria				29			2				31
Reino Unido	1										1
Irlanda	3		4	18			7	5		1	38
Itália	1			1							2
Letónia				1							1
Lituânia			6								6
Noruega				10		1					11
Polónia							7				7
Portugal	41			2			2				45
República Checa	3		3	1							7
Roménia							4	1			5
Suécia	13		12	2							27
Total	195	16	44	131	0	25	30	15	4	7	467

Fonte – Valores retirados de Howes et al (2016), “Impacts and achievements of bioenergy projects supported under EU programme IEE II – Summary Report”

4.1.2 Nacionalidade dos coordenadores de projeto

No ponto anterior analisou-se a distribuição dos projetos aprovados pelos diferentes países europeus, observando-se um claro peso da Itália e Espanha nos programas europeus de financiamento estudados. Cada projeto tem um coordenador que acumula para si responsabilidades acrescidas, nomeadamente na preparação da candidatura e envio de documentos relevantes. Vamos analisar a distribuição dos projetos aprovados tendo em conta a nacionalidade dos coordenadores de projeto. No relatório global do programa *Eco-Innovation* de Vincze (2016), notamos que a tendência verificada no ponto anterior se mantém. Ao observar os valores da tabela 3, que mostra a distribuição dos projetos financiados pelo programa *Eco-Innovation* tendo em conta o país do seu coordenador, vemos que o domínio dos dois países acima referenciados se mantém, a Espanha com 41

projetos e a Itália com 33, e que no oposto temos a Bélgica e a Grécia com 4 coordenadores cada uma.

Tabela 3 – Distribuição dos beneficiários e coordenadores do programa Eco-Innovation por país

País	Como Beneficiários	Como Coordenador	Percentagem de coordenadores no total de beneficiários
Alemanha	62	13	20,97%
Áustria	29	8	27,59%
Bélgica	28	4	14,29%
Dinamarca	19	10	52,63%
Espanha	124	41	33,06%
França	50	10	20,00%
Grécia	22	4	18,18%
Holanda	54	17	31,48%
Itália	92	33	35,87%
UK	53	15	28,30%

Fonte - Dados retirados de Vincze et al (2016) “Analysis of the results achieved by CIP Eco-innovation market replication projects (EACI/ECO/2013/001) Executive Summary”

Numa análise comparativa, conjugámos os números de projetos financiado com o número de projetos financiados em que foram coordenadores. Notamos que a juntar ao número elevado de projetos financiados, Espanha e Itália revelam também uma percentagem de coordenadores superiores aos restantes, com 33.06% e 35.87% respetivamente. Aponta-se, portanto, que dada as percentagens, os dois países referenciados mostram uma maior experiência que lhes permite assumir a liderança nas propostas e lhes possibilita alavancar a sua posição para próximas candidaturas. A juntar, é merecedor de referência os números da Dinamarca, que com 19 projetos financiados, 10 tiveram um coordenador do seu país, refletindo-se em percentagem 52,63%. Este valor vai de encontro ao que é comentado no relatório global da *ICF International* (2016) em que o autor é surpreendido pela falta de projetos financiados nos países nórdicos, que normalmente recolhem para si a seleção dos projetos nas primeiras duas fases para candidaturas. Tendo isto em conta, entendemos que o valor alto de projetos em que o coordenador é dinamarquês não é de todo surpreendente, dado o historial dos países nórdicos em serem bem-sucedidos nos seus projetos.

Porém, surpreende a escassez de países dessa região em comparação com países do Oeste Europeu, nomeadamente quando se tem em conta valores estatísticos como a percentagem do PIB alocado a I&D e o *Environmental Performance Index*. Os dados fornecidos pela OECD mostram-nos que os países que mais gastam em I&D são Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Espanha, evidências que vão de encontro ao número elevado de projetos aprovados que este leque de países apresenta. Quando analisamos a percentagem do PIB gasta em I&D em vez de valores brutos, reparamos que são a Suécia, Áustria, Dinamarca, Finlândia e Alemanha que revelam as percentagens mais altas, colocando-se entre 3,262% e 2,875%.

Os programas contêm na sua base, como já foi discutido, uma enorme componente climática e de proteção ambiental. Deste modo, tivemos em conta o EPI para podermos comparar com a percentagem de coordenadores que cada país tem. Dos países com maior percentagem de projetos financiados em que foram coordenadores, destacamos a Dinamarca que tem no EPI uma pontuação de 89.21 que lhe concede o quarto lugar mundial e Espanha, no sexto lugar com 88.91. A apontar a Itália que apesar dos 35.87% de projetos em que foram coordenadores, no EPI assume o 29º lugar com uma pontuação de 84.48.

4.2 Experiência dos candidatos no mercado e a sua relação com fundos públicos

Após a análise à nacionalidade dos beneficiários dos programas selecionados, vamos averiguar a influência que o fator experiência tem no sucesso das candidaturas. De modo a avaliarmos essa característica, vamos considerar, em primeiro lugar, a dimensão da empresa assim como a sua presença no mercado. De seguida, será analisada a experiência pelas as participações passadas em candidaturas a programas europeus e a fundos públicos.

4.2.1 Idade e dimensão das empresas dos candidatos

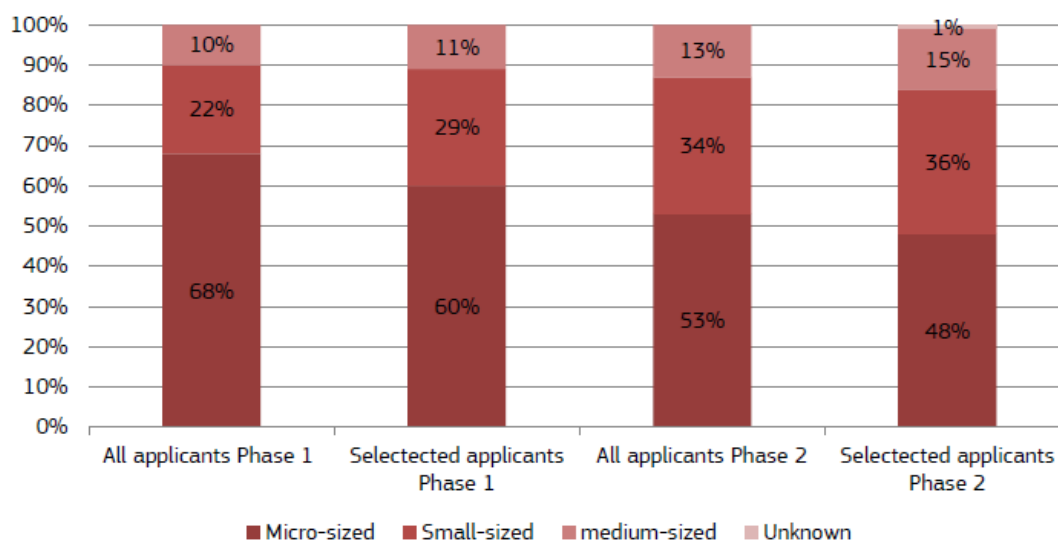
Um dos critérios de seleção dos projetos candidatos passa pela estabilidade dos mesmos, isto é, a capacidade que o projeto tem de se manter depois do período de financiamento

terminar, assim como ter os recursos técnicos e humanos necessários para acolher o plano que apresenta. Depreende-se, portanto, que uma empresa ou entidade com maior dimensão ou experiência no mercado apresente uma maior solidez e conceda um maior nível de confiança aquando a avaliação do plano de projeto.

No relatório elaborado pela EASME em 2015 sobre os primeiros dois anos de implementação dos programas, são disponibilizados os dados e o perfil das empresas que se candidataram ao programa *SME Instrument*. Ao comparar os perfis das empresas que se candidatam e das empresas selecionadas, vemos que a primeira é descrita como estando há 11 anos no mercado, tem um volume de negócios de 3,5 milhões de euros e tem 19 empregados, enquanto a segunda mostra-se semelhante nos anos de mercado (10.8), mas maior no volume de negócios, 4 milhões, e no número de empregados, 21. Entendemos então que o número de anos no mercado aparenta não surtir grande influência na seleção, mas que a solidez financeira e logística, referenciada no início, permite aos projetos serem mais propensos a serem selecionados para financiamento.

Tendo isto em conta, ao analisar os valores presentes no Anexo 8, encontramos uma maior percentagem de empresas de pequeno (entre 10 e 49 empregados) e médio (entre 50 e 249 empregados) tamanho selecionados em Itália, Alemanha, Finlândia, Espanha e Reino Unido. Quando confrontado com a figura 1, vemos que as pequenas empresas, apesar de comporem 22% da fase 1 e 34% da fase 2 do total das candidaturas, quando se analisa as selecionadas as suas percentagens aumentam para 29% e 36% respetivamente. O mesmo acontece com empresas de média dimensão, de 10% da fase 1 e 13% da fase 2 do total das candidaturas passam para 11% e 15% respetivamente quando se analisa os projetos selecionados. No caso das microempresas, notamos uma descida nos mesmos parâmetros analisados nos dois casos anteriores, de 68% para 60% na fase 1 e 53% para 48% na fase 2. Observamos que as empresas de pequena e média dimensão têm maior taxa de sucesso na seletividade das suas candidaturas apesar de as microempresas comporem 68% das candidaturas na Fase 1 e 53% na Fase 2.

Figura 1 – Número de empregados – totalidade das candidaturas vs candidaturas selecionadas em SME Instrument em FFF



Fonte - EASME (2015), “Catalysing European Innovation EASME’s report of the first two years of implementation of the SME Instrument 2014-2015”

4.2.2 Reincidência dos candidatos

Dada a análise feita para com a idade e dimensão dos candidatos, retiramos a conclusão que a experiência tem um grande valor aquando a avaliação por parte dos responsáveis pelos programas. Catalogamos a experiência pela estrutura da empresa, uma vez o suporte sólido financeiro e logístico, assim como os anos de sedimentação dos candidatos nos mercados em que estão inseridos, são fatores de confiança que asseguram que a concessão de subvenções. Depreende-se que a implementação de um projeto numa empresa com estas características terá grandes hipóteses de ser bem-sucedida. Vamos agora analisar a experiência oriunda do facto do candidato ser recorrente na candidatura ao programa de apoio europeu

No relatório da *Directorate-General for research & innovation* (2015) relativo ao programa *Eco-Innovation*, são apresentados os valores presentes na tabela 4. A tabela, que permite analisar o número de vezes que um candidato foi selecionado para integrar um projeto, remete para o argumento de que não existe uma monopolização de beneficiários deste programa, isto é, de que os candidatos bem-sucedidos poderiam

acordar entre si e fazer uso da sua experiência em projetos passados para assumirem o controlo de grande parte dos benefícios financeiros. De facto, dos 662 participantes nos projetos financiados entre 2008 e 2011, 621 apenas participaram uma vez, 31 participaram duas vezes, seguindo-se 5 com três participações, 2 com quatro participações, 1 com 5 participações e por fim 2 com seis participações.

Tabela 4 – Participantes no projetos financiados entre 2008 e 2011, tendo em conta o numero de participações e o papel desempenhado no projeto.

Occurrence as project participant	Number of participants	Occurrence		
		Total	As coordinator	As partner
Once	621	621	468	153
Twice	31	62	50	12
Three times	5	15	8	7
Four times	2	8	5	3
Five times	1	5	2	3
Six times	2	12	6	6
TOTAL	662	723	539	184

Source: EASME administrative data

Fonte - Directorate General Environment, Unit E.4. LIFE (2009), “Ex-Post Evaluation of Projects and Activities Financed under the LIFE Programme: Final Report”

A análise à reincidência dentro do programa *Eco-Innovation* mostrou que apenas 41 candidatos selecionados participaram mais que uma vez. Notamos, porém, ao consultar os valores do relatório da Comissão Europeia (2013) *Intelligent Energy - Europe II Implementation Programme 2012* que o mesmo não ocorre neste programa. Segundo o relatório, 32% dos candidatos indicam ter-se candidatado pela primeira vez, sendo que posteriormente, dentro os candidatos selecionados, 35% indicaram ter-se candidatado pela primeira vez. Esta evolução nas percentagens mostra que neste programa, os candidatos estreantes tiveram uma taxa de sucesso maior quando comparado com os restantes que já possuíam experiência na candidatura. A diferença apesar de pequena, tem um importante significado, pois ao contrário do que se verifica no programa *Eco-Innovation*, a grande maioria (68%) dos candidatos já se tinha candidatado ao programa pelo menos uma vez. Contudo, não se pode concluir que a reincidência na candidatura a um programa seja sinónimo de melhores hipóteses de seleção na medida em que apesar

de estarem em minoria, os candidatos no programa IEE II sem experiência na candidatura apresentam uma maior taxa de seleção comparativamente aos restantes.

4.2.3 Experiência em candidaturas a programas de fundos

Analisámos no ponto anterior o relevo que tem uma anterior participação no programa na candidatura. Vamos agora avaliar se a experiência em candidaturas a outros programas europeus ou fundos públicos tem influência do sucesso dos possíveis participantes.

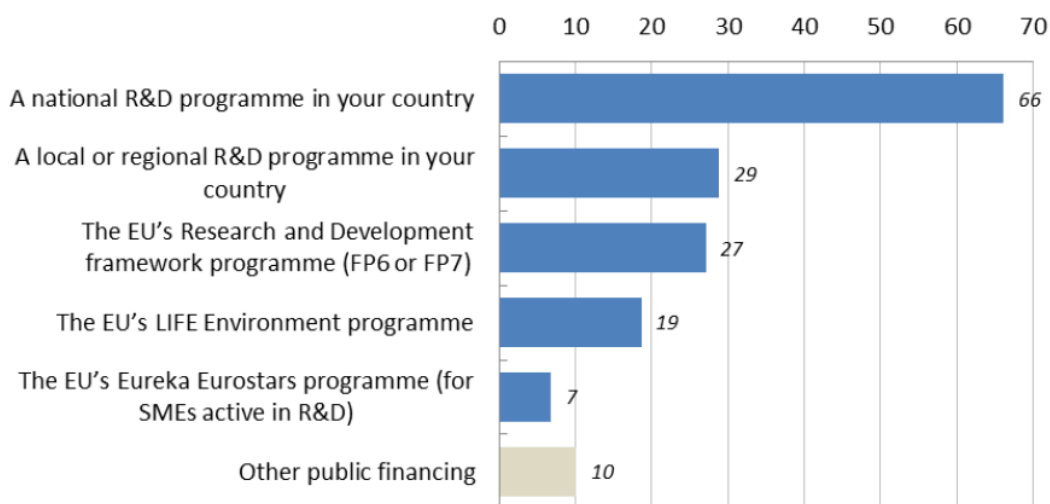
No questionário presente no relatório *ICF International* (2015) foram tidos em consideração 34 projetos aprovados relativos à iniciativa de Comunidades de Energia Sustentável (iniciativa que faz parte do programa IEE II), onde 72% dos participantes revelaram que já tinham tido uma experiência com uma outra iniciativa do projeto IEE, acrescentando que do total dos participantes, 75% acredita que o facto de já ter tido uma experiência com uma iniciativa IEE tornou a sua candidatura, e consequentemente o seu projeto, mais eficiente. É também apresentado neste relatório a percentagem de participantes que estiveram envolvidos em algum programa europeu, à exceção do IEE SEC. Os valores apresentados mostram um perfil dos candidatos que remete para que a experiência em programas europeus tenha influência nos projetos selecionados, seja por estarem mais a par das possibilidades e benefícios e, por isso, mais bem informados, seja pela experiência acumulada que permite candidaturas mais sólidas e eficazes. Neste caso em particular, 76% dos parceiros já estiveram envolvidos num outro programa europeu.

Apesar da grande maioria dos participantes já ter estado envolvido num programa europeu, o relatório aponta um facto constatado no ponto 4.1.2 Nacionalidade dos Coordenadores. O questionário indicou que 8 empresas não tinham qualquer tipo de envolvimento passado com alguma iniciativa da Comissão Europeia, apontando que se tratavam de empresas que se situavam num estágio inicial do desenvolvimento da sua atividade. Contudo destaca-se uma empresa sueca que já estaria mais avançada e que teria usufruído dos benefícios de um dos programas nacionais. Recuando ao ponto 4.1.2, foi notado que apesar da percentagem PIB alocada em I&D ser maior nos países nórdicos, assim como a sua pontuação no EPI, os mesmos não apresentavam números que se destacassem e que correspondessem à sua incidência orçamental em I&D. Assume-se, portanto, que esta política de I&D por parte deste grupo de países leva a existência de

programas nacionais que satisfaçam as necessidades das suas empresas e entidades que procuram financiamento, não sendo necessário a candidatura a fundos de programas europeus.

Em Vincze et al (2016), no programa *Eco-Innovation* foi classificada e catalogada a experiência em financiamento público dos projetos tendo em conta a sua origem. Na figura 2 notamos que a alta maioria (66%) dos coordenadores dos projetos já teriam experiência em programas de I&D nacionais. No que diz respeito a experiência com programas europeus, observa-se que 53% dos coordenadores dos projetos já teriam experiência na mesma. Percebe-se, portanto, que o primeiro passo de muitos candidatos é tomado nacionalmente, usufruindo dos canais de financiamento público assim como os seus programas, extrapolando esse know-how para a elaboração das candidaturas para os programas europeus.

Figura 2 – Experiência em candidatura a fundos publicos por parte dos beneficiarios do programa Eco-Innovation



Fonte - Vincze et al (2016) “Analysis of the results achieved by CIP Eco-innovation market replication projects (EACI/ECO/2013/001) Executive Summary”

4.3 O setor privado vs setor público e a cooperação

Na nossa última análise vamos considerar o fator cooperação na candidatura aos programas europeus de financiamento estudados neste relatório. Por cooperação vamos,

em primeiro lugar, analisar qual a relação que as empresas e entidade de setor privado ou público têm individualmente e entre si nos projetos aprovados para financiamento. Em segundo lugar, teremos em consideração as cooperações realizadas nas candidaturas, identificando os consórcios formados e o número de participantes em cada projeto.

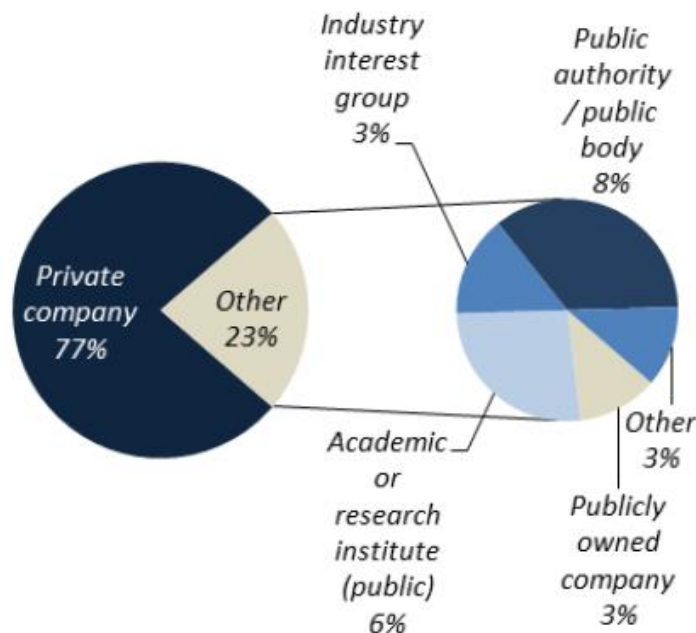
4.3.1 Setor Público e Privado

Uma distinção também bastante presente nos candidatos passa pela sua origem, isto é, se são empresas/entidades privadas ou públicas. Na análise dos resultados fornecidos pretendemos averiguar a existência de uma correlação desta premissa com a seleção dos candidatos, nomeadamente qual das duas possibilidades fornece maior confiança ou experiência aquando a avaliação das candidaturas.

No relatório de Vincze *et al* (2016) sobre o programa *Eco-Innovation* é realizada uma divisão dos coordenadores afetos a financiamento por parte da União Europeia. No estudo realizado 77% eram empresas privadas e as restantes 23% repartiam-se por entidades como autoridades públicas (8%), institutos académicos e de pesquisa (6%), grupos de interesse industrial (3%), empresas de capital público (3%) e outros (3%). Entendemos, portanto, que neste programa, dados os objetivos apresentados pelo mesmo e enunciados no capítulo anterior, há uma clara inclinação para empresas privadas. Verificamos também um esforço em cativar cada vez mais pequenas e médias empresas dado a evolução da percentagem das mesmas ser cada vez maior durante o intervalo 2008 (61.3%) e 2011 (68%).

Nos dados fornecidos pelo relatório da Comissão Europeia (2013), “*Intelligent Energy - Europe II Implementation Report 2012*” observamos valores semelhantes aos apontados no programa *Eco-Innovation*. No que toca à percentagem de candidatos, 29% eram do setor público e 71% do setor privado. Dos números apresentados, devemos referir que 38% eram empresas privadas sem fins lucrativos, 20% empresas privadas comerciais e 25% empresas governamentais. No que toca a pequenas e médias empresas a percentagem difere. no programa *Eco-Innovation* verificamos uma média de 66% enquanto que no programa IEE, dentro dos 71% de empresas do setor privado, 52% das mesmas são classificadas como sendo PMEs.

Figura 3 – Tipo de organização dos coordenadores de projeto beneficiários de fundos da União Europeia relativos ao programa IEE entre 2008 e 2011



Fonte - Comissão Europeia (2013), “Intelligent Energy - Europe II Implementation Report 2012

Observamos então uma clara predisposição por parte das empresas privadas em se candidatarem e sucederem nos programas de benefícios europeus quando comparadas com as empresas ou entidades do setor público. Notamos, também, a insistência por parte dos relatórios em salientar os números crescentes das PMEs que se candidatam e que são financiadas. Os programas estão direcionados para este tipo de empresas e entende-se que haja uma política interna de fomentar o financiamento das mesmas, assumindo o crescimento das participações de PMEs como uma consequência que vai de encontro aos objetivos delineados no início de cada programa: fornecer financiamento a empresas estáveis e sólidas financeiramente, que apesar de possuírem os recursos técnicos para implementar o projeto que planejaram, não possuem os recursos financeiros. Adicionalmente, beneficiam por um lado do aconselhamento e acompanhamento por parte da Comissão Europeia para a realização das suas metas e por outro, da rede de parceiros que o projeto pode proporcionar.

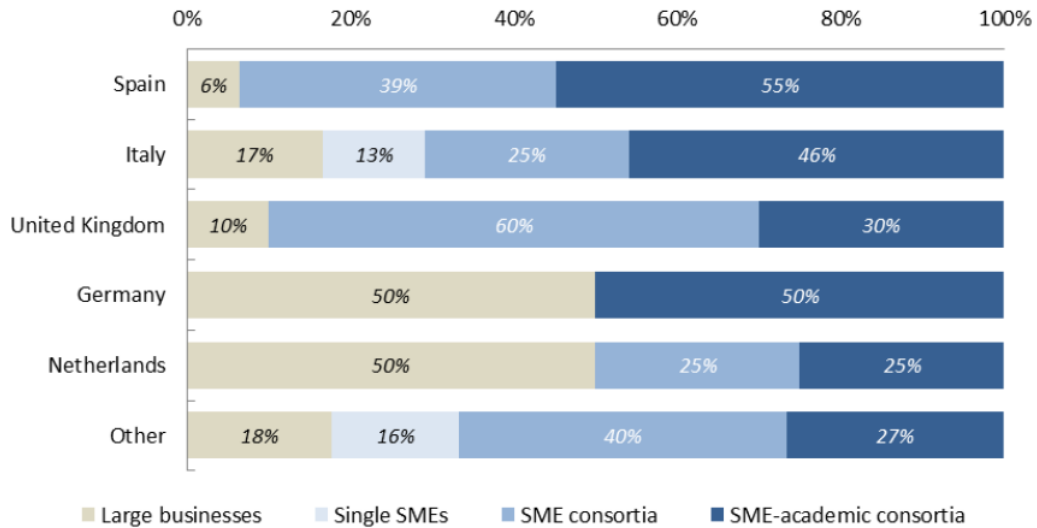
4.3.2 Cooperação nas candidaturas e projetos

Um candidato pode beneficiar em grande escala da colaboração com outros parceiros, de diferentes origens, países e ramos, uma vez que esta diversificação permite que o projeto cubra em maior número os aspetos que o compõem, isto é, cada parceiro trará, na teoria, o seu próprio conhecimento e as suas próprias competências. Deste modo, vamos ter em conta de que forma se formam estes consórcios entre as empresas ou entidades candidatas e como estes aglomerados permitem aumentar o sucesso não só da candidatura, mas também do projeto em si.

Numa primeira análise, os valores disponibilizados sobre o programa *Eco-Innovation* em Vincze *et al* (2016) mostram que 38% são parcerias entre PME's e 42% dos consórcios são feitos entre PME's e institutos de pesquisa. Os restantes repartiam-se entre empresas de maior dimensão (14%) e PME's individuais (7%). Na repartição dos mesmos, foi também estudado tendo em conta os países dos coordenadores como se pode observar na figura 4, com destaque para a Alemanha cujos seus projetos se dividem entre colaborações entre PME e entidades académicas (50%) e grandes empresas (50%). Quando o país do coordenador é a Itália, Espanha ou o Reino Unido notamos um enviesamento para o consórcio ser entre PME's ou entre PME's e entidades académicas, no caso o primeiro país, recolhem para si 71%, o segundo 94% e o terceiro 90%. Em relação ao histórico da cooperação, os números presentes no relatório mostram que 65% dos projetos tinham parceiros com experiência passada de trabalharem juntos, sendo que 20% não tinham qualquer tipo de relação anterior ao projeto. Três pontos podem ser retirados destes valores: as percentagens continuam a sustentar o que se tem vindo a verificar dentro do programa Eco-Innovation, às PME's são concedidas o papel de destaque, quer por iniciativa própria, por cooperação com outras PME's, ou pela cooperação com outras entidades. A experiência, quer em fundos europeus, ou neste caso através da existência de uma relação passada entre as empresas que cooperam num projeto revela-se ser uma aposta de sucesso, uma vez que recolhem para si grande percentagem dos projetos selecionados. Por fim, uma nota para os 20% de projetos cujos parceiros não apresentavam experiência em trabalhar juntos no passado, um valor bastante interessante tendo em conta a concorrência experiente neste programa e que

mostra que existem ferramentas para a criação de parcerias europeias bem-sucedidas neste tipo de financiamento.

Figura 4 – Tipo de consórcio por nacionalidade do coordenador do projeto (Programa *Eco-Innovation*)



Fonte - Vincze et al (2016) “Analysis of the results achieved by CIP Eco-innovation market replication projects (EACI/ECO/2013/001) Executive Summary”

Apesar de não haver dados no programa LIFE para especificar que tipo de consórcios são mais comuns, é possível avaliar os valores disponíveis na tabela 4 para o número de parceiros em cada projeto e os valores do relatório *Directorate General Environment, Unit E.4. LIFE* (2009) onde é estudada a internacionalidade dos projetos. No primeiro caso, dos 338 projetos estudados relativos ao programa LIFE+ de 2007 e 2008, 233 tiveram um número de parceiros entre 1 e 5 e apenas 60 foram financiados como sendo os únicos participantes. No segundo caso, o estudo apresenta que 4,5% dos projetos financiados são considerados internacionais, isto é, tem nas empresas ou entidades que os compõem mais que um país referenciado.

Tabela 5 – Número de parceiros por projeto no programa LIFE nos anos de 2007 e 2008

	Número de parceiros			
Life+Call	0	1-5	6-10	>10
2007	29	92	16	4
2008	31	141	17	2
Total	60	233	33	6

Fonte - Directorate General Environment, Unit E.4. LIFE (2009), “Ex-Post Evaluation of Projects and Activities Financed under the LIFE Programme: Final Report”

O programa IEE (*Iniciative supporting Sustainable Communities*) apresenta características diferentes das dos programas acima mencionados. No relatório apresentado por *ICF International* (2015), a média de participantes num consórcio que se candidata a este programa é de 13, apontando que o máximo foi 22 e o mínimo 5 parceiros, num universo de 431 participantes para 34 projetos. Porém, devemos adicionar que muitos participantes fizeram parte em mais do que um projeto, de maneiras que na contabilização real das organizações, estavam presentes 346.

Vemos então que existe uma evidente inclinação para que as organizações encontrem na relação e cooperação um ponto forte na sua candidatura. Por um lado, os participantes com menos experiência são incluídos num lote onde encontram parceiros com maior experiência neste tipo de candidaturas, exponenciando as suas hipóteses de o seu projeto ser aprovado. Por outro lado, a cooperação permite colmatar falhas técnicas e logísticas que numa candidatura solitária existiriam, mas que desaparecem numa candidatura que alberga mais que um participante.

4.4 Benefícios e impactos dos programas europeus de financiamento

Na candidatura aos programas de financiamento da Comissão Europeia, as empresas ou entidades candidatas procuram usufruir dos benefícios inerentes a participação. Os benefícios vão além da questão financeira. Temos também o apoio logístico e legal adjudicados ao financiamento que permitem que os participantes obtenham um leque de potencialidades que fomentarão a sua prosperidade. Temos também que ter em consideração as consequências indiretas que envolvem não só os participantes, mas também os objetivos da União Europeia nas matérias abrangidas pelos programas até gora

especificados. Nomeadamente a diversificação internacional que conduz a criação de uma rede de empresas, institutos académicos de pesquisa e entidades públicas, fomentando uma cooperação que abrange participantes em diferentes fases de crescimento e das mais diversas áreas.

Vamos analisar, em primeiro lugar, os benefícios específicos do programa *Eco-Innovation*, não só a nível económico, mas também a nível social e ambiental, isto é, no que toca ao grau de criação de emprego, da qualidade de vida e ambiental. O estudo feito por *Vincze et al* (2016) mostra que a comercialização das inovações contempladas no projeto está na primeira ordem de trabalhos de 60% dos participantes, porém apenas 36% dos coordenadores beneficiaram da comercialização no fim do projeto. A análise mostra também uma diferença no tratamento das inovações e do seu uso aquando o fim do projeto. Quando comparamos as expectativas dos parceiros e dos coordenadores, os primeiros, sendo na sua maioria laboratórios e empresas de serviços esperam apenas um reembolso dos gastos, enquanto os segundos esperam poder produzir, licenciar e vender as suas inovações. Os números do relatório que refletem a média de ganhos de cada um dos 185 projetos são de 750.000 € no fim do seu prazo, sendo que esses mesmos ganhos ascendem a 2.7 Milhões dois anos depois.

Na totalidade dos projetos, a criação de emprego estimada foi exposta em números como sendo de 550 quando o período a ter em conta é o do fim do projeto e 1.500 quando o período em análise é o de dois anos após a finalização do projeto. A média destes números para a totalidade dos projetos fica nos 3 empregos criados por projeto, sendo que estes números ascendem a 8 quando analisado os dois anos posteriores ao fim. Os números apresentados permitem ao programa *Eco-Innovation* acrescentar um argumento em defesa dos benefícios trazidos pelo programa, uma vez que presenciamos uma época em que a economia europeia continua a recuperar de uma crise que teve como uma das principais consequências a subida do desemprego,

Adicionalmente, e tendo em mente os objetivos do programa, comprovamos na tabela presente no anexo 9 que os projetos tiveram consequências positivas no que toca aos indicadores ambientais. Destaca-se o número poupado de metros cúbicos de água, de energia, da emissão de gases de efeito de estufa e de toneladas de lixo radioativo e materiais não renováveis. São reduções importantes para o sucesso do programa que

assumiu na sua base a campanha que suporta os objetivos delineados quando foi descrito o programa no capítulo 2.4.3.

O *Intelligent Energy Europe* segue a mesma linha de avaliação que o *Eco-Innovation*, ou seja, mantém uma preocupação e atenção aos pormenores económicos que nascem no fim da implementação dos projetos selecionados, mas não deixa de ter em consideração os pontos que são o fundamento do programa e os seus objetivos, a energia renovável, o investimento em energia sustentável e a redução da emissão de gases de estufa.

Uma das dificuldades encontradas pela *ICF International* para aceder aos resultados ambientais dos projetos foi a falta de informação que os coordenares apresentavam, nomeadamente pela dificuldade em quantificar os benefícios e por não ter passado o período de tempo necessário para testemunhar os resultados pretendidos. Porém, o questionário permite-nos extrair que 33% dos inquiridos respondeu que o projeto resultou em poupança de energia e que 24% respondeu que do projeto foi produzida energia renovável. Os valores são influenciáveis e pouco conclusivos dado as altas percentagens de inquiridos que consideram que ainda não passou tempo suficiente para ser tirada uma conclusão acertada. Dada esta informação, foi também retirada dados dos relatórios internos da EASME, onde foi concluído que do programa IEE resultou: a produção de 0.9 milhões de toe (*tonne of oil equivalent*) por ano; uma poupança de energia primária de 2 milhões de toe por ano; uma redução de emissões na ordem dos 7.7 milhões de Tco2e (*tonne of CO2 equivalent*).

Na área do emprego os números apontam para um valor de 5.470 empregos criados, dividindo-se entre 3.992 a tempo integral e 1.478 a tempo parcial. As estimativas para 2020 apontam para uma subida destes números, mais propriamente nos empregos a tempo integral 15.732, num total de 17.373 de empregos criados, o que resulta numa media de 238 empregos criados por projeto. No questionário feito aos coordenadores, foi inquirido o papel do programa na criação de emprego, sendo que apesar de 50% ter respondido de que ainda era cedo para concluir algo em concreto, apenas 10% assumiram que o programa criou emprego, em contradição com os 26% que responderam que o programa não levou a criação de emprego. Deste modo, e como o autor do relatório aponta, o número de 5.470 empregos criados deve ser interpretado com alguma cautela, uma vez que não se pode adjudicar o número ao sucesso e ao apoio do programa.

Para avaliar a importância do programa IEE e a sua influência direta para a realização dos projetos aprovados foi questionado, em primeiro lugar, a dispensabilidade do financiamento concedido. Do questionário realizado, 78% respondeu que sem o IEE o projeto não seria realizado e apenas 2% respondeu que o projeto seria implementado da mesma forma que foi feito com o suporte do programa. No seguimento dos capítulos estudados neste relatório, podemos fazer uma ligação do que foi inquirido no questionário com o tema avaliado nesses pontos, isto é, a influência que a participação num fundo público alavancou as suas candidaturas posteriores a outros programas de financiamento e o papel da cooperação internacional para o sucesso do projeto. Os resultados apontam, para o primeiro ponto, que apesar dos 70% que não acharem a pergunta relevante, que 30% concordam que a participação no programa IEE lhes permitiu a participação noutra tipo de programa comunitário, nacional ou europeu. No segundo ponto, o questionário demonstra que os participantes do projeto encontraram benefícios na componente internacional do mesmo, registando-se apenas 6% de respostas que indicaram indiferença para com o elemento internacional do programa.

Por fim, trataremos de fazer uma análise semelhante ao programa LIFE, tendo como base o relatório de Neemo, Ernst Young, (2016) da influência do programa sobre o crescimento económico e de emprego. No estudo sobre a criação de emprego neste programa em particular é usado a unidade pessoas-ano, isto é, o montante de custos de pessoal é dividido pelo salário por hora do respetivo país. A análise recaiu em dois períodos diferentes: o de implementação e o de pós-implementação do projeto. Concluiu-se que durante a implementação do programa foram criados 30.381 pessoas-ano, o que se traduz numa média de 21 pessoas-ano por projeto. No que toca ao período de pós implementação, foi usada a medida FTE (*full time equivalente*), ou seja, para um trabalhador a tempo integral é usado 1 FTE e para um trabalhador a tempo parcial 0,5 FTE. Na amostra no estudo, é concluído que no período em questão o impacto no emprego nos projetos selecionados foi de 4.375 FTE, o que resulta numa criação de 3 FTE por projeto num ano e 2,5 FTE por cada milhão financiado pela União Europeia.

5. Conclusão e limitações do trabalho

O relatório apresentado resultou do desempenho de funções enquanto estagiário na Comissão Europeia, concretamente na Agência Executiva para Pequenas e Médias Empresas (EASME). Estabelecida a 17 de Dezembro de 2013, é uma de seis agências e age neste momento como braço direito e representante da Comissão Europeia na gestão dos programas europeus COSME, LIFE, Horizonte 2020 e EMFF para financiamento de PME's e projetos de inovação.

Os programas escolhidos para análise foram: Intelligent Energy Europe, Eco-Innovation e LIFE. A seleção recaiu sobre estes três pois como já foi referenciado, trataram-se dos programas com os quais houve maior envolvimento no decurso do meu estágio, o que me permitiu um acesso aos dados e conhecimento usado para a realização deste estudo. Beneficiei também de um acompanhamento constante por parte dos meus colegas de trabalho, assim como da participação ativa nas responsabilidades da minha equipa na Comissão Europeia.

O enquadramento conceptual colocou o conceito de competitividade na base do relatório, suportando as PME's e a experiência das mesmas em fundos públicos na restante análise. A EASME e os seus objetivos conduziram o argumento para que pudéssemos identificar fatores de seletividade e características dos beneficiários que lhes permitissem aumentar as hipóteses de ser bem-sucedidos nas suas candidaturas. Deste modo foi possível identificar a componente geográfica, a dimensão e experiência da empresa e a existência de cooperação nos projetos.

Identificou-se uma concentração de beneficiários em Espanha e Itália, seguindo-se com valores inferiores Alemanha, Reino Unido e França. Os coordenadores de projeto mostraram-se concentrados nos países mencionados, sendo que os países nórdicos apresentam uma maior percentagem de coordenadores no total de beneficiários no seu país. Os programas europeus e as respetivas subvenções mostraram-se centradas em pequenas e médias empresas, havendo uma tendência em aprovar projetos cujos candidatos tenham mais empregados na sua estrutura. A experiência é uma característica bem assente nos candidatos bem-sucedidos, tanto ao nível de mercado como ao nível de fundos públicos. Por fim, aponta-se a cooperação como grande ferramenta na candidatura aos programas europeus, nomeadamente entre empresas de diferentes países e entre os

setores público e privado. No primeiro caso, a premissa da criação do projeto europeu permite compreender a concessão de subvenções que apresentem uma forte componente internacional, por um lado a diversificação operacional do projeto concede segurança e confiança na candidatura, por outro permite a sedimentação dos valores da União Europeia. No segundo caso, a junção de empresas privadas com institutos académicos e de investigação coloca a candidatura nos objetivos delineados pela EASME, isto é, fomentar a criação de uma rede onde o foco seja a inovação e a ação no combate às alterações climáticas.

No que toca a limitações na realização do relatório, o facto de os programas ainda estarem numa fase muito inicial da sua vida não permitiu recolher dados sobre as posteriores fases de avaliação e controlo. Os relatórios disponibilizados pela Comissão Europeia não concentravam a informação completa do perfil dos projetos, sendo que foi necessário recorrer a relatórios de empresas externas às instituições europeias para uma completa análise aos fatores de seletividade. As limitações apresentadas foram parcialmente colmatadas com a experiência direta de trabalhar com os diversos departamentos da EASME.

O relatório culminou na identificação dos fatores e características que definem os beneficiários dos programas europeus Intelligent Energy Europe, Eco-Innovation e LIFE. A sua realização revelou o que procuram nas candidaturas e a visão que a Comissão Europeia difunde dentro das suas instituições, uma vez que a partir das metas de prosperidade económica, social e ambiental, assume nestas iniciativas as políticas delineadas pelos órgãos de gestão. Deste modo, encontra-se neste estudo um instrumento para a preparação de candidaturas aos fundos enumerados, considerando os fatores e características apresentadas como influenciadores positivos no sucesso não só dos candidatos, mas também dos projetos implementados.

Referências bibliográficas

Aerts K., Schmidt T., (2008), *Two for the Price of One*, Mannheim, Centre for European Economic Research (ZEW).

Alonso-Borrego C., Zuniga-Vicente J., Forcadell F., Galan J., (2012), “*Assessing the Effect of Public Subsidies on Firm R&D Investment*”, *Journal of Economic Surveys*, Volume 28, Issue 1, pages 36–67, February 2014.

Anderson, C., (2010), “*Presenting and Evaluating Qualitative Research*”, *American Journal of Pharmaceutical Education*, Paper no. 74(8): 141

COM 714 (2002), “*Industrial Policy in an Enlarged Europe*”, Bruxelas, Comissão Europeia.

Comissão Europeia 9451 (2011), “*Comission implementing decision of 20/12/2011 establishing the 2012 Work Programme for implementation of the 'Intelligent Energy - Europe II' programme*”, Bruxelas, Comissão Europeia

Comissão Europeia (2013), “*Intelligent Energy - Europe II Implementation Report 2012*”, Bruxelas, Comissão Europeia

Comissão Europeia (2013), “*Call for Proposals 2013 – CIP Eco-innovation First Application and Market Replication Projects*”, Bruxelas, Comissão Europeia

Comissão Europeia (2013), “*Call for Proposals 2013 – CIP Eco-innovation First Application and Market Replication Projects – Guide for proposers*”, Bruxelas, Comissão Europeia.

Comissão Europeia : <https://ec.europa.eu/info/strategy/>

Cosh, A. D., Hughes A., (1994), “*Size Financial Structure and Profitability: U.K. Companies in the 1980's*”, *Finance and Small Firms*, London: Routledge.

Cressy R., Olofsson C., (1997), “*European SME Financing: An Overview*”, *Small Business Economics*, vol. 9, issue 2, 87-96.

Della Croce, R., C. Kaminker and F. Stewart (2011). “*The Role of Pension Funds in Financing Green Growth Initiatives*”, Paris, OECD Publishing.

De Boer, F., (2015). “*Barriers to Private Setor Investments into Urban Climate Mitigation Projects*”, London, CDP.

Directorate General Environment, Unit E.4. LIFE (2009), “*Ex-Post Evaluation of Projects and Activities Financed under the LIFE Programme: Final Report*”, Bruxelas, Comissão Europeia

Directorate-General for research & innovation (2015), “*Horizon 2020 Ex-post Audit Strategy (2016-2025)*”, Bruxelas, Comissão Europeia

EASME: <https://ec.europa.eu/easme>

EASME (2015), “*Annual Activity Report*”, Bruxelas, Comissão Europeia.

EASME (2015), “*Catalysing European Innovation EASME’s report of the first two years of implementation of the SME Instrument 2014-2015*”, Luxembourg, Publications Office of the European Union.

EASME (2016), “*EASME Ex-Post Audit Strategy (2016-2024)*”, Bruxelas, Comissão Europeia

EASME (2016), “*Department C 'Finance and Administration' 2016 Work Plan*”, Bruxelas, Comissão Europeia

Eco-Innovation (2013), “*Call for Proposals 2013 – CIP Eco-innovation First Application and Market Replication Projects*”, Bruxelas, Comissão Europeia

Eco-Innovation: <http://ec.europa.eu/environment/ecoinnovation>

Entrepreneurship Unit (2010), “*Internationalisation of European SMEs*”, Bruxelas, Comissão Europeia.

Environmental Performance Index: <http://epi.yale.edu/country-rankings>

Europa 2020: https://ec.europa.eu/info/strategy/european-semester/framework/europe-2020-strategy_en

Fundos e Investimentos Estruturais Europeus: https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/european-structural-and-investment-funds_en

Frenk C., Hunt T., Partridge L., Thornton J., Wyatt T., (2015), *UK research and the European Union The role of the EU in funding UK research*, Londres, The Royal Society Science Policy Centre.

Harrison H., Birks M., Franklin R., Mills J., (2017), “*Case Study Research: Foundations and Methodological Orientations*”, Forum: Qualitative Social Research, Volume 18, No. 1, Art. 19

Howes P., Groves L., O’Brien S., Haydock H., Myvalganam A., Rushton K., Chodor M., (2016), “*Impacts and achievements of bioenergy projects supported under EU programme IEE II – Summary Report*”, Bruxelas, Comissão Europeia

ICF International (2015), “*Evaluation of Intelligent Energy Europe Projects Supporting Sustainable Energy Communities Final Report*”, Luxembourg, Publications Office of the European Union.

Jaffe, A. B., (2002), “*Building programme evaluation into the design of public research support programmes*”, Oxford Review of Economic Policy.

Jornal Oficial da União Europeia (2014), “*Decisão de execução de execução da comissão de 19 de março de 2014 relativa à adoção do programa de trabalho plurianual para o Programa LIFE para o período 2014-2017*”, Bruxelas, Comissão Europeia.

LIFE: <http://ec.europa.eu/environment/life/countries/>

Lukács, E. (2005), "The Economic Role of SMEs in World Economy, Especially In Europe", *European Integration Studies*, Volume 4. Number 1. pp. 3-12.

Kaufmann A., Todtling F., “*How effective is innovation support for SMEs? An analysis of the region of Upper Austria*”, *Technovation* 22 (2002) 147–159.

Keizer, J., Dijkstra, L., Halman J., (2002), “Explaining innovative efforts of SMEs. An exploratory survey among SMEs in the mechanical and electrical engineering setor in The Netherlands”, *Technovation*, vol 22, pp. 1-13.

Kraemer-Eis H., Van Steensel V., (2016), "SME credit guarantees issued by the European Investment Fund (EIF)", *Forum Financier / Revue Bancaire et Financiere*, pp 291-298.

Kueppers J. R., Sullivan B. K., (2010), “How and why an independent audit matters”, *International Journal of Disclosure and Governance*, Volume 7, 4, pp 286–293

Monga, C., (2014), “*Industrial Policy: The New Consensus*”, WorldBank

Medhurst J., Franckx L., Arcadis , Schoeters K., (2010), “*Final Report Annexes - Mid-term evaluation of LIFE+*”, Job no 30257084, VITO

Neemo, Ernst Young, (2016), “*LIFE: Contributing to Employment and Economic Growth Final Report*”, Bruxelas, LIFE Publications

OECD (2009), “*Top Barriers and Drivers to SME Internationalisation*”, Report by the OECD Working Party on SMEs and Entrepreneurship, OECD.

OECD: <http://www.oecd.org/sti/inno/researchanddevelopmentstatisticsrds.htm>

Ojo M., (2006) “*Audit Independence : Its Importance to the External Auditor’s Role in Banking Regulation and Supervision*”, MPRA, Paper No. 231.

Pimenova, P., van der Vorst, R., (2001), “The role of support programmes and policies in improving SMEs environmental performance in developed and transition economies”, *Journal of Cleaner Production*, vol. 12, pp. 549-559.

Pissarides F., (1999), "*Is lack of funds the main obstacle to growth? EBRD's experience with small- and medium-sized businesses in central and eastern Europe*", *Journal of Business Venturing*, vol 14, pp. 519–539.

Política Regional: http://ec.europa.eu/regional_policy/en/funding/cohesion-fund/

Puigcerver-Peñalver, M. (2007), "The Impact of Structural Funds Policy on European Regions' Growth. A Theoretical and Empirical Approach", *The European Journal of Comparative Economics*, Vol. 4, n. 2, pp. 179-208.

Salavou H., Baltas G., Lioukas S., (2003), *Organisational innovation in SMEs The importance of strategic orientation and competitive structure*, Athens, Athens University of Economics and Business.

União Europeia: https://europa.eu/european-union/about-eu/history_en

Vincze M. P., Lonsdale J., Nelen D., (2016), “*Analysis of the results achieved by CIP Eco-innovation market replication projects (EACI/ECO/2013/001) Executive Summary*”, Bruxelas, Comissão Europeia

Warwick, K. (2013), “Beyond Industrial Policy: Emerging Issues and New Trends”, OECD Science, Technology and Industry Policy Papers, No. 2, OECD Publishing

Yin, R., (1994), “*Case study research: Design and methods*”, Beverly Hills: CA: Sage publishing.

Anexos

ANEXO 1 – Ranking do top 10 das barreiras à internacionalização apontadas por PMEs

Ranking	Descrição da Barreira
1	Falta de capital para suportar a exportação
2	Identificar oportunidades de negócio estrangeiros
3	Informação limitada para localizar/analisar mercados
4	Inabilidade em contactar potenciais clientes no estrangeiro
5	Obter representação estrangeira fidedigna
6	Falta de tempo para lidar com a internacionalização
7	Quantidade inadequada de pessoal sem treino para internacionalização
8	Dificuldade em igualar os preços dos competidores
9	Falta de apoio/incentivos do governo local
10	Custos de transporte excessivos

Fonte - OECD (2009), “Top Barriers and Drivers to SME Internationalisation”

ANEXO 2 – Média do ano de início para cada método de internacionalização

Ano de início	Método de internacionalização
1994	Importação
1995	Exportação
1998	Subcontratos estrangeiros
1999	Ser um subcontrato para um empresa estrangeira
2000	Cooperação técnica
2003	Investimento direto estrangeiro

Fonte – Dados retirados de Entrepreneurship Unit (2010), “Internationalisation of European SMEs”

ANEXO 3 – Categorização das empresas na União Europeia

Categoria da Empresa	Contagem	Volume de negócios
Micro	Menos de 10	Inferior a 2 Milhões de Euros
Pequena	Entre 10 e 49	Inferior a 10 Milhões de Euros
Média	Entre 50 e 250	Inferior a 50 Milhões de Euros

Fonte – Dados retirados da Eur-Lex (European Union Law) “Micro, pequenas e médias empresas: definição e âmbito de aplicação”

ANEXO 4 – Critérios de concessão de subvenções no programa LIFE

Critérios de concessão de subvenções	Pontuação mínima de aprovação (*)	Pontuação máxima
1. Qualidade e coerência técnicas	10	20
2. Qualidade e coerência financeiras	10	20
3. Valor acrescentado para a UE: dimensão e qualidade da contribuição para os objetivos específicos dos domínios prioritários do subprograma LIFE relativo ao ambiente	10	20
4. Contribuição para os temas de projeto	-	10
5. Valor acrescentado para a UE: múltiplos objetivos, sinergias e integração	7	15
6. Valor acrescentado para a UE: replicabilidade e possibilidade de transferência	5	10
7. Valor acrescentado para a UE: transnacionalidade, contratos ecológicos, utilização	-	5
Pontuações (de aprovação) globais	<u>55</u>	<u>100</u>
(*) Uma proposta para um projeto tem que atingir, pelo menos, a pontuação mínima de aprovação para cada critério de concessão de subvenções. Do mesmo modo, a soma das pontuações correspondentes aos critérios para os quais foi fixada uma pontuação mínima tem de ser equivalente a 55 pontos ou mais.		

Fonte - Jornal Oficial da União Europeia (2014), “Decisão de execução de execução da comissão de 19 de março de 2014 relativa à adoção do programa de trabalho plurianual para o Programa LIFE para o período 2014-2017”

ANEXO 5 – Distribuição dos projetos aprovados do antigo programa LIFE por país

	Inovação Ambiental	Conservação da Natureza	Informação e comunicação	ONG	Antigo Life para países de 3º mundo
Alemanha	197	132	3	4	3
Áustria	49	48	3		
Bélgica	95	70	2		
Bulgária	2	18	1		
Croácia			2		15
Dinamarca	57	35	2		
Eslováquia	8	22	2		
Eslovénia	10	22	4		2
Espanha	478	268	9	1	
Estónia	10	18	2		3
Finlândia	77	57	3		
França	221	118	7	1	
Grécia	149	66	9		
Holanda	143	42		9	
Hungria	18	34	2		
Inglaterra	162	68	8	4	
Irlanda	38	20			
Itália	477	280	17	2	
Letónia	14	29			
Lituânia	1	14			1
Noruega					
Polónia	17	41	11		1
Portugal	71	79	3		
Répubblica Checa	4	8	1	5	
Roménia	22	42	3		
Suécia	89	51	1	2	
Total	2409	1582	95	28	25

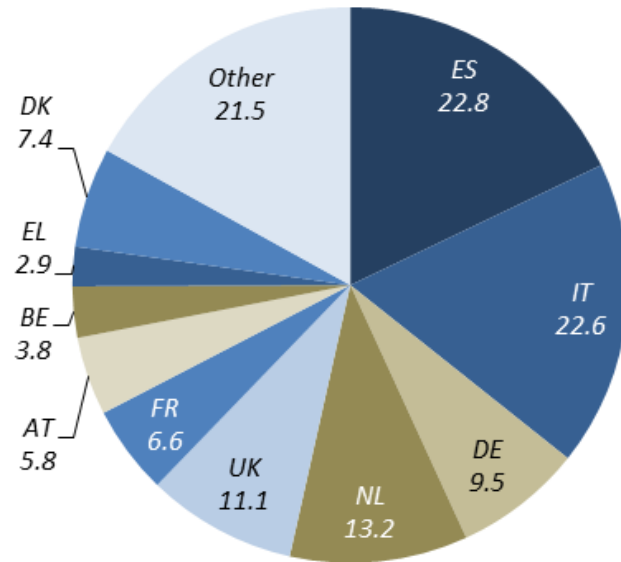
Fonte – Base de dados online do programa LIFE

ANEXO 6 - Distribuição dos projetos aprovados do novo programa LIFE por país

	CCAM	CGI	Capacity Bulding	EGI	TA	IPE	Integrated project	Preparatory project
Alemanha	4	1		3	1	1		
Áustria								
Bélgica	2	1					1	1
Bulgária			1	1				
Croácia	4							
Dinamarca					1			
Eslováquia								
Eslovénia	1		1	2				
Espanha	16	2		2				1
Estónia			1					
Finlândia	1				1		1	
França	5							2
Grécia	3		1					
Holanda	3				1			
Hungria			1					
Inglaterra							1	1
Irlanda								
Itália	15	3					1	
Letónia	1		1					
Lituânia			1					
Noruega								
Polónia	1	1	1		1		1	
Portugal								
Républica Checa			1					
Roménia			1					
Suécia	1							
Total	57	8	10	8	5	1	5	5

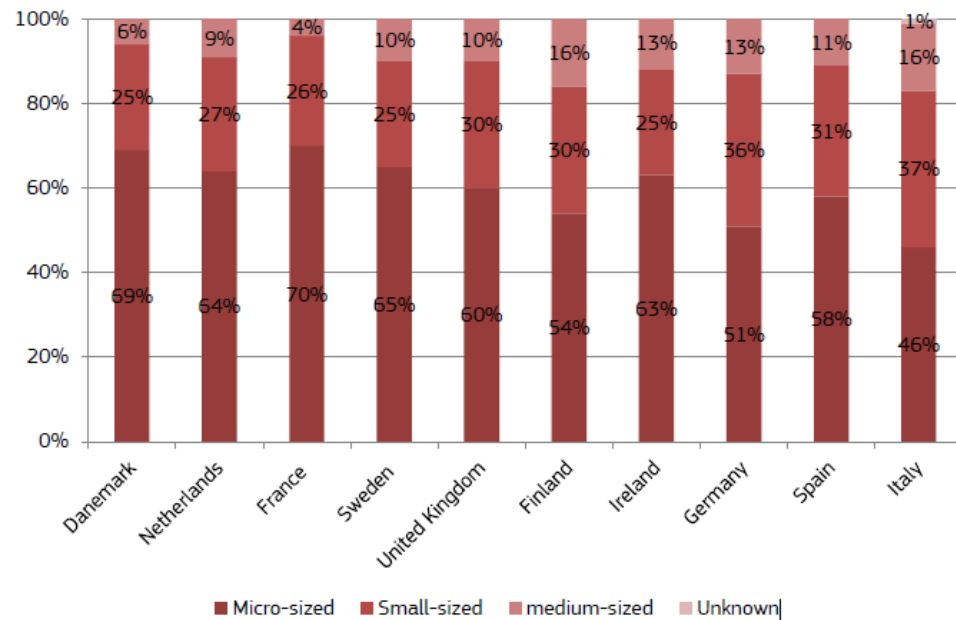
Fonte – Base de dados online do programa LIFE

ANEXO 7 – Distribuição do montante das subvenções do programa Eco-Innovation por país



Fonte - Vincze et al (2016), “Analysis of the results achieved by CIP Eco-innovation market replication projects (EACI/ECO/2013/001) Executive Summary”

ANEXO 8 – Dimensão das PME's seleccionadas nos 10 países mais representados



Fonte - EASME (2015), “Catalysing European Innovation EASME’s report of the first two years of implementation of the SME Instrument 2014-2015”

ANEXO 9 – Indicadores ambientais de performance do programa *Eco-Innovation*

Environmental indicator	Projects analysed (133)		Grossed up to all projects (189)	
	End of project	2 years after	End of project	2 years after
Greenhouse gas emission reductions (Ton CO2 eq.)	432,078	3,913,961	527,634	5,104,009
Water savings (m³)	4,306,952	187,868,772	5,691,413	198,384,331
Energy savings (Ton oil eq.)	164,632	1,673,470	214,417	2,175,683
Waste savings: Hazardous waste (Ton)	24,681	29,377	24,705	29,503
Waste savings: Non-hazardous waste (Ton)	224,284	938,610	252,856	1,155,735
Waste savings: Radioactive waste (Ton)	12	122	14	155
Renewable materials savings (Ton)	57,745	156,742	59,597	176,558
Non-renewable materials savings (Ton)	153,826	1,696,541	198,027	2,222,096
Monetized savings ('000 €⁴)	76,895	917,271	93,670	1,192,041

Source: VITO analysis

Fonte - Vincze et al (2016), “Analysis of the results achieved by CIP Eco-innovation market replication projects (EACI/ECO/2013/001) Executive Summary”